

ESCOLA **informação**

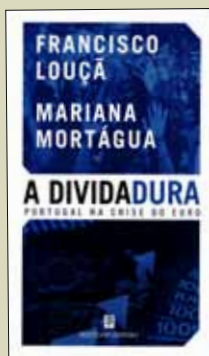
N.º 254 set./outubro, 2012. MENSAL. 0,50€

**quando
empobrecer
o país se tornou
o objetivo**

Abertura do Ano Letivo

Dossier

LEITURAS



Francisco Louçã
Mariana Mortágua

A 'dividadura': Portugal na crise do euro,
Bertrand Editora, Lisboa, 2012.

Para Francisco Louçã e Mariana Mortágua a atual crise portuguesa é fruto de “uma engenharia implacável que constrói o conformismo e impõe a abdicação do pensamento perante a inevitabilidade. Essa engenharia alimenta uma indústria de justificação da austeridade” (p. 8). Os resultados desta engenharia são conhecidos: redução dos salários e do investimento, aumento do desemprego e, por conseguinte, quebra brutal da procura interna que, ao contrário da Alemanha, não é ‘compensada’, num país

como Portugal, pelo aumento das exportações. Apesar de reconhecerem as fragilidades estruturais da economia portuguesa no contexto da União Europeia, os dois autores pronunciam-se contra uma saída de Portugal da zona Euro e um retorno ao escudo. A hipótese central é que esta saída seria unilateralmente decidida pela Alemanha e teria consequências desastrosas: desvalorização de 50% do escudo ‘retornado’, aumento da inflação como consequência do incremento da emissão monetária, mas sobretudo devido ao encarecimento das importações de produtos básicos, da energia e dos bens tecnológicos não produzidos internamente. A isto se acrescentaria a redução brutal do valor das poupanças dos cidadãos expressas em escudos e um aumento exponencial da dívida expressa em euros, o que conduziria a uma situação de ‘dividadura’ que atingiria sobretudo os rendimentos do trabalho e os dos aposentados que não auferem de pensões douradas. Todavia, Francisco Louçã e Mariana Mortágua opõem-se à construção de uma União Política e de uma Europa Federal com o argumento de que “o federalismo europeu realmente existente é hoje uma espécie de nacionalismo alemão, reciclado no mundo da finança global” (p. 201). Este argumento é pouco convincente por duas razões: a primeira é que o federalismo europeu do futuro pode ser estruturalmente diferente do federalismo europeu atual, pois poderá conduzir a uma partilha de soberania entre Estados solidários e com direitos iguais. Em segundo lugar, a Alemanha, um dos pilares da construção europeia, não é parte do problema, mas parte da solução de que

poderá surgir este novo federalismo, pois os ‘eurocéticos’ mais irredutíveis concentram-se sobretudo no mundo anglo-saxónico que aposta na dissolução do euro e no reforço da hegemonia do dólar. Os autores reconhecem, no entanto, que é necessária “uma nova arquitetura institucional, uma refundação da Europa, que a organize como cooperação entre Estados e em torno de políticas partilhadas e mutuamente vantajosas” (p. 207).

Partindo da constatação fundamentada de que a dívida portuguesa é insustentável, ambos propõem como alternativa o prolongamento do seu pagamento e a redução dos seus juros, o cancelamento da parte da dívida que resulta do “enriquecimento injustificado ou do abuso contratual” (p. 223), a criação de um banco público para promover o investimento e a criação de novas indústrias baseadas na substituição das importações, no fomento das exportações e na revitalização dos setores tradicionais – turismo, pesca, extração mineral, produtos para a indústria farmacêutica e reestruturação da construção tendo em vista a reabilitação urbana. Ideias interessantes, mas que só no contexto de uma nova Europa política e social poderão ser o ponto de partida para a implementação de um novo modelo de desenvolvimento económico.■

Joaquim Jorge Veigunha

CONSTRUIR ALTERNATIVAS PARA A MUDANÇA

1. Não é difícil enunciar os graves problemas com que as nossas escolas se defrontam: os crónicos subfinanciamentos, o desemprego de numerosos docentes, a instabilidade profissional que já se vive no privado e que se anuncia para os “horários-zero” no público, o roubo nos salários e subsídios, a sobrecarga dos horários... Enfim, dir-se-ia que são problemas crónicos. A que há que juntar os mais dramáticos: a fome de muitos dos nossos alunos e as evidentes e agravadas dificuldades económicas com que se defrontam muitos professores e educadores, tudo resultado do descalabro social e económico que se abateu sobre o país com a política neoliberal de Passos Coelho. Tudo isto acaba por produzir um enorme e prematuro cansaço, uma profunda desesperança que vai minando o próprio trabalho pedagógico, por mais forte que seja o apelo do profissionalismo da classe docente.

E contudo não podemos desistir. A dimensão pedagógica, cívica e ética da nossa profissão exige que enfrentemos com robusta lucidez as dificuldades, que procuremos razões, que construamos as soluções. Um professor que não se afirme como cidadão nega-se como pedagogo. É por isso que o SPGL, como os restantes sindicatos da FENPROF, não pode deixar de convocar cada professor para a enorme tarefa de procurar e construir as alternativas – porque o niilismo paralisante da inevitabilidade é a arma dos que querem que nada mude.

A reflexão cidadã torna claro que a solução dos nossos problemas na nossa escola, não prescindindo da nossa intervenção específica, não depende apenas de nós, antes exige a coordenação dos esforços, das inteligências, das lutas e dos projetos de toda a sociedade, mormente de todos os trabalhadores. Atravessamos momentos cruciais. Às dores acumuladas responde-se com enormes ações de rua. A “rua”, o “povo” reafirmaram o seu papel e o seu poder na espantosa jornada popular de 15 de setembro (ver artigo na pág. 23). Em 29 de setembro, o movimento sindical transformou o Terreiro do Paço no Terreiro do Povo. Alguns milhares de cidadãos, com o Congresso Democrático das Alternativas, procuraram em 5 de outubro linhas de convergência para a saída da crise. Na mesma data se iniciou a marcha de denúncia do desemprego – sem dúvida o maior dos flagelos que assolam o país. A CGTP apela à realização de uma greve geral em 14 de novembro. E ao longo dos tempos muitas outras iniciativas de luta acontecerão. Os professores, exatamente porque o são, não podem ficar indiferentes, ou ser meros espetadores. Lutar, motivado por uma exigência de cidadania, também é educar.

2. O Dia Internacional do Professor – 5 de outubro – foi comemorado, por iniciativa dos sindicatos da FENPROF, com atividades em todo o país. (ver notícia na pag.24) Anima-nos que, apesar das enormes dificuldades com que desempenhamos o nosso trabalho, a nossa população tenha dos professores e educadores portugueses uma imagem muito positiva. Não porque seja o “melhor povo do mundo” mas porque reconhece que a escola, particularmente a escola pública, é uma conquista de Abril, que não quer perder. E sabe que nessa luta tem os professores do seu lado. Esses professores e educadores que, no meio deste enorme desastre social dos dias de hoje, continuam a fazer maravilhas nas nossas escolas.

Vamos continuar a defender a escola pública; com a consciência de que a sua defesa e a sua melhoria exigem uma política em tudo diferente da que por ora nos oprime. Vamos à procura de alternativas, vamos à mudança! ■

CRISE:

Relatório da Comissão Europeia no Dia Mundial dos Professores

Docentes portugueses são os mais afetados na Europa

Os professores portugueses estão entre os docentes europeus cujos salários foram mais afetados pela crise económica, segundo um relatório divulgado nesta sexta-feira, em Bruxelas, pela Comissão Europeia.

De acordo com o relatório sobre os salários e subsídios dos professores e diretores de escolas na Europa, em 2011/12, elaborado pela rede Eurydice, 16 dos 32 países analisados reduziram ou congelaram os salários dos professores, como consequência da situação económica.

Os professores da Eslovénia, Espanha, Grécia, Irlanda e Portugal foram os mais afetados pelas restrições orçamentais e as medidas de austeridade, segundo o documento, divulgado por ocasião do Dia Mundial dos Professores.

Em Portugal, os salários dos professores foram reduzidos e o pagamento dos subsídios de férias e de natal foi suspenso, tal como aconteceu com os funcionários públicos.

A Grécia reduziu o salário de base em 30 por cento e deixou de pagar subsídios de Natal e Páscoa; a Irlanda cortou os salários dos novos professores em 13% em 2011 e os salários dos nomeados após 31 de janeiro deste ano sofreram uma redução de 20%; em Espanha, os salários dos professores e funcionários do setor público sofreram cortes de 5% em 2010 e deixaram de ser ajustados à inflação.

Segundo o relatório, o salário máximo dos professores com maior antiguidade é, em regra geral, duas vezes superior ao salário mínimo dos recém-chegados e são necessários, em média, 15 a 25 anos para atingir o salário máximo.

Em Portugal situa-se acima desta média e, juntamente com Espanha, Itália, Hungria, Áustria e Roménia, pertence ao grupo de países onde «são necessários 34 anos ou mais para alcançar o salário máximo».

Na Bulgária, Chipre, Estónia, França, Hungria, Itália, Letónia, Lituânia, Reino Unido, Croácia e Liechtenstein os salários dos professores permaneceram ao mesmo nível ou sofreram cortes ligeiros.

Já na Eslováquia, Islândia, Polónia e República Checa foi registado um aumento salarial desde meados de 2010, enquanto na Roménia os salários do pessoal docente estão a voltar ao nível anterior à crise.

«Os salários e as condições de trabalho dos professores devem ser uma prioridade para aliciar os melhores a optar pelo ensino e seguir a carreira docente», defendeu a comissária para a Educação, a Cultura, o Multilinguismo e a Juventude, Androulla Vassiliou, em comunicado.

O relatório da rede Eurydice analisa a situação salarial em 32 países (os Estados-membros da União Europeia, Croácia, Islândia, Noruega, Turquia e Liechtenstein) e inclui os professores com horário completo e habilitação própria e os diretores de estabelecimentos de ensino do pré-primário, primário e secundário.

A rede Eurydice é uma rede europeia que compila e difunde informação comparada sobre as políticas e os sistemas educativos europeus. ■

Neste número:

2 Sugestões

3 Editorial

5 Dossier

Abertura do ano letivo

15 Cidadania

A soma de todas as iniquidades

17 Reportagem

O ensino em estabelecimentos prisionais

19 Em Luta

24 Escola/Professores

24. Dia mundial do professor

26. Abertura do ano letivo

28. Ensino Particular e Cooperativo
Aposentados

29. Campanha feminista

30. Educar para o espaço e para
a arquitetura

31 Aos Sócios

35 Consultório Jurídico

Docentes contratados



PÁGINA

15 de setembro 23



SE A EDUCAÇÃO É CARA
EXPERIMENTEM A IGNORÂNCIA!

Dossier

ESCOLA INFORMAÇÃO Nº 254 setembro/outubro 2012

■ A abertura do ano letivo tem lugar, este ano, sob o signo do desemprego dos professores e da degradação das condições de ensino nas escolas.

Este Dossier reúne um conjunto de textos em que a situação do ensino no nosso país é analisada sob diferentes ângulos.

Desde o atraso de Portugal nesta área, documentado no estudo anual da OCDE, a uma leitura aprofundada da revisão curricular ou à situação dos contratados. Passando pela polémica questão das ofertas de escola e a transformação do ensino superior em mercadoria. ■

Último estudo da OCDE sobre Educação põe a nu atraso português

A OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico) publicou há cerca de um mês o seu estudo anual sobre o estado da educação nos países membros desta organização (Education at a glance 2012*). Os dados deste estudo reportam-se essencialmente aos anos de 2009 e 2010, embora contenham algumas projeções sobre os anos seguintes. A OCDE diz que Portugal está atrasado no que diz respeito ao investimento em educação, às qualificações escolares e à capacidade para combater as desigualdades sociais.

• **Miguel Reis**
Direção do SPGLI

Investimento na Educação cai a pique

Os dados de 2009 mostram que Portugal se encontra ligeiramente abaixo da média em relação à percentagem do PIB (Produto Interno Bruto) investida na Educação (Tabela 1). Em 1995, Portugal investia 4,9% do PIB, valor que sobe para 5,9% em 2009, uma tendência de crescimento acompanhada pelos restantes países, pois a média da OCDE era de 5,4% em 1995 e de 6,2% em 2009. No entanto, o relatório alerta para os efeitos das medidas de austeridade em Portugal nos últimos dois anos. Enquanto que a média da OCDE se deverá manter nos 6,2% em 2011 e 2012, em Portugal este valor desceu já para níveis inferiores a 1995:

4,7% em 2011 e 3,8% em 2012, colocando o nosso país com quase metade do investimento em educação da média dos restantes países, com consequências muito negativas para o futuro.

Quando consideramos o esforço financeiro do Estado por cada estudante o atraso português é ainda mais notório (Tabela 2), dado que investimos cerca de menos 15% por aluno do que a média dos países da OCDE.

Só metade dos jovens tem o ensino secundário

Apesar da evolução muito positiva registada ao longo dos últimos anos, Portugal continua na cauda da OCDE em relação à qualificação da população (Tabelas 3 e

4). Só 52% dos jovens entre os 25 e os 34 anos completou o ensino secundário, contra 82% da média dos países da OCDE. No entanto, e como seria de esperar, se incluirmos a população dos 25 aos 64 anos a diferença é muito maior: 32% tem o ensino secundário contra 74% no conjunto dos países.

Outro dado muito importante é a relativa incapacidade do sistema de ensino português para combater as desigualdades sociais (Tabela 5). Cerca de 40% dos jovens oriundos de meios desfavorecidos não chegam a completar o ensino secundário e só 17% obtiveram uma licenciatura. Aqui, a grande diferença com os valores verificados no conjunto dos países da OCDE é ao nível do ensino secundário, em que a média de conclusão é de 68% re-

lativamente aos jovens oriundos de famílias com baixos níveis de instrução.

Número de jovens na escola aumentou desde 2005

Nuno Crato afirmou em várias entrevistas que o principal motivo para o despedimento - ou não contratação - de professores este ano e nos próximos devia-se a uma redução abrupta do número de jovens causada pela grande quebra da taxa de natalidade. O Ministro foi obrigado a retratar-se e a recuar nas suas afirmações, dando o dito por não dito. Na verdade, a OCDE coloca Portugal entre os sete países da organização que, em 2015 escaparão a esta tendência, no que respeita ao grupo dos jovens entre os 15 e os 19 anos (Tabela 6). Em 2015 haverá nas escolas portuguesas cerca de mais 10% de jovens destas idades do que em 2005, mais do que compensando a quebra ao nível dos jovens dos 5 aos 14 anos de idade (redução de 4,7%). A OCDE aponta para um crescimento global de cerca de 1% no conjunto dos dois escalões etários de 2005 para 2015. Um olhar mais atento mostra que o grande aumento se deu entre 2005 e 2010 – muito provavelmente devido à redução da taxa de abandono escolar – e que existirá uma ligeira quebra de 2010 para 2015 – dados que poderão estar subestimados dado que o alargamento da escolaridade obrigatória terá que ter reflexos a partir de agora e até 2015. Independentemente disso, a evolução da taxa de natalidade portuguesa mostra que a grande quebra se deu nos anos 70 e 80 (com implicações na descida significativa do número de alunos na década de 90 e início deste milénio) mas que a partir dos anos 90 a descida da taxa de natalidade foi muito suave (ten-

do um impacto muito pouco significativo no número de jovens a partir de meados da década passada e futuramente, principalmente quando comparado com o impacto da redução do abandono escolar e da implementação da escolaridade obrigatória até aos 18 anos).

Estudantes portugueses entre os que pagam propinas mais elevadas

Em Portugal, apesar de existirem valores mínimos e máximos para a propina anual no ensino superior público, praticamente todas as instituições, pressionadas pelos sucessivos cortes orçamentais, optam pela cobrança da propina máxima, que é de 1036 euros este ano letivo, contrastando com os valores de há 10 anos, quando a propina era equivalente ao salário mínimo nacional (na altura, cerca de 360 euros). Esta subida abrupta coloca Portugal como um dos países com as propinas mais elevadas da Europa (só ultrapassado pela Itália e Holanda), à frente de países como a Espanha, Suíça, Áustria e França, sendo que nos países nórdicos não existe lugar à cobrança de qualquer propina (Tabela 7). O excessivo valor das propinas portuguesas é responsável pelo aumento substancial da despesa privada com o ensino superior (ou seja, a parte do custo do ensino que é sustentada pelo estudante e a sua família em comparação com o que o Estado garante), que aumentou quatro vezes nesta década, de 7,5% para 29,1%.

Portugal à frente no número de exames

O país ficará, a partir deste ano letivo, a pertencer ao pequeno grupo dos que instituíram exames nacionais no 1.º ciclo (Indonésia, Turquia e EUA). A re-

alização obrigatória de exames nacionais no 3.º ciclo só acontece em menos de metade dos países da OCDE, entre os quais Portugal. Em alguns países não existe qualquer exame até ao final do ensino secundário, exceção sendo os que são realizados para admissão ao ensino superior (casos da Espanha, Suécia, Áustria, Bélgica, Brasil, entre outros). Ou seja, a “examocracia” de Nuno Crato não encontra paralelo na maior parte dos países da OCDE, a grande maioria deles com maior sucesso escolar do que Portugal.

Outros dados

- Os professores portugueses estão entre aqueles que dão mais aulas, bem acima da média da OCDE (Tabela 8)
- O número médio de alunos por turma no país é ligeiramente inferior à média da OCDE (cerca de 21 alunos por turma contra cerca de 22 na OCDE). Contudo, há que fazer dois reparos: em primeiro lugar, os dados são de 2010 e não têm em conta o aumento que foi agora decretado pelo governo; em segundo lugar, trata-se de números médios e não de números máximos, e sabemos que em Portugal há uma grande disparidade entre turmas muito grandes (nas metrópoles e não só) e turmas pequenas (zonas rurais, mas também escolas TEIP e outros cursos alternativos). Segundo o diretor adjunto para a Educação da OCDE, Andreas Schleicher, "o aumento do número de alunos por turma piora o nível da educação e Portugal foi o que mais aumentou".
- Em Portugal, o número médio de alunos por professor é inferior à média dos países da OCDE (entre 7,5 e 10,9 consoante os níveis de ensino, enquanto na OCDE esses valores situam-se entre os 13,8 e os 15,8). Con-

tudo, estes dados em bruto são falaciosos, e é a própria OCDE que refere ser necessário ter em conta outras variáveis, tais como: número de disciplinas por aluno, professores com horários incompletos ou redução da componente letiva, professores destacados noutras funções e professores que suprem necessidades educativas especiais ou que estão ao abrigo de programas de recuperação com turmas muito pequenas.

- Os salários dos professores portugueses são próximos da média da OCDE, sendo inferiores à média no início da carreira e superiores à média no topo da carreira. No entanto, mais uma vez são necessários dois reparos, o primeiro feito pela própria OCDE: não foram ainda contabilizados os efeitos dos cortes salariais dos últimos dois anos; finalmente, há que ter em conta a originalidade portuguesa no que diz respeito

ao enorme número de professores precários que não chegaram sequer a entrar na carreira e cujo vencimento é muito inferior.

- Portugal é o país onde mais compensa investir num curso universitário. Nos países da OCDE, em média, um indivíduo com ensino superior pode esperar ganhar mais 55% do que com o ensino secundário, enquanto que em Portugal, esse valor se situa nos 69%. ■

Tabela 1

Investimento em educação (% do PIB):

Ano	Portugal	OCDE
1995	4,9	5,4
2000	5,2	5,3
2005	5,5	5,8
2009	5,9	6,2
2011	4,7	~6,2
2012	3,8	~6,2

Tabela 2

Investimento por aluno **

	Portugal	OCDE
Ensino primário	5762	7719
Ensino secundário	8709	9312
Ensino superior	10841	13728
Total	7829	9252

Tabela 3

População com o ensino secundário

	Portugal	Média OCDE
25-64 anos	32%	74%
25-34 anos	52%	82%

Tabela 4

População com o ensino superior

	Portugal	Média OCDE
25-64 anos	15%	31%
25-34 anos	25%	38%

Tabela 5

Taxa de escolarização de jovens dos 25-34 anos oriundos de famílias com baixos índices de educação

	Portugal	OCDE
Conclusão do Ensino Secundário	40%	68%
Conclusão do Ensino Superior	17%	20%

Tabela 6

Número de alunos (em milhares)

Idades	2005	2010	2015 (projeção)
5-14	1134	1123	1107
15-19	441	490	483
Total	1575	1613	1590

Tabela 7

Propinas no ensino superior público**:

Estados Unidos	6312
Austrália	4222
Holanda	1861
Itália	1289
Portugal	1259
Espanha	1052
Suíça	889
Áustria	859
França	190 a 1309
Dinamarca, República Checa, Finlândia, Islândia, México, Noruega, Suécia e grande maioria das províncias da Alemanha	0

Tabela 8

Número de horas de aulas por ano, por professor

	Portugal	OCDE
1º e 2º ciclos***	865	782
3º ciclo	761	704
Secundário	761	658

* <http://www.oecd.org/edu/eag2012.htm>

** Unidade monetária utilizada pela OCDE de forma a corrigir as diferenças no poder de compra entre países.

*** Na terminologia da OCDE o ensino primário corresponde ao 1º e 2º ciclos do ensino básico em Portugal

Mais com menos

• Vitor Miranda

Direção do SPGLI

Dossier

ABERTURA DO ANO LETIVO

Hoje, mais do que nunca, todos recordam as palavras proferidas há cerca de um ano por Nuno Crato “vamos fazer mais com menos”. Se dúvidas havia, embora muitos avisos tivessem sido feitos desde a apresentação do Orçamento de Estado para 2012, elas foram, agora, totalmente desfeitas. Efetivamente, este ministro cumpriu a sua palavra... mas não no melhor que seria de esperar de alguém que disse “implodia-o” (quando se referia ao MEC) antes de ser o titular da pasta da educação.

Ora tomemos nota: mais agrupamentos com menos escolas; mais megas com menos professores; mais alunos por turma com menos professores; maior carga horária com menos professores; mais exames com menos professores; mais extinção de disciplinas menos professores... em suma cortou o essencial prejudicando o bom funcionamento da Escola Pública. Estes menos professores, na sua maioria contratados, são todos aqueles que engrossam as fileiras do desemprego e que, sabe-se hoje, atinge 15,9 % da população ativa. Em setembro foram os professores que mais engrossaram as listas dos centros de emprego com pouca ou nenhuma perspectiva de encontrar uma colocação neste, e nos próximos anos letivos. Em 2011 o desemprego docente disparou para mais 124% do que em 2010.

Uma breve análise aos números revela aquilo que o Orçamento de Estado previa: um despedimento, perdão, despedimento não, porque estes professores (quan-

tos contratados há 5, 10, 15, 20 anos?) estão a contrato a termo certo “*ad eternum*”, logo não são alvo de despedimento... são alvo de cessação de contrato (para o MEC nem isto, pois continua a recusar o pagamento da compensação por caducidade). Bom, mas adiante, ao consultar os quadros seguintes poderemos ter uma noção elucidativa das consequências diretas do acima exposto:

Colocações até à terceira cicloca (final de setembro) apenas em horários completos*

2006/07
3907
2007/08
4241
2008/09
6135
2009/10
11254
2010/11
13974
2011/12
12752
2012/13
7491

Colocações até à terceira cicloca Horários anuais, temporários, completos e incompletos*

2010/11	2011/12	2012/13
17276	18319	10779

Como se pode verificar, de 2011/12 para 2012/13 tivemos um decréscimo de cerca de 7540



professores contratados entre agosto e setembro. Se somarmos cerca de 23000 professores que se aposentaram desde 2006 chegamos a uma redução que totaliza 30500 professores a menos no ensino. A isto chama-se mais com menos.

E uma pergunta se impõe: Deixaram estes cerca de 30500 professores de fazer falta às escolas? A resposta é um redondo: NÃO. Não, não deixaram, antes pelo contrário. Quem hoje entra numa escola encontra um corpo docente mais atulhado em burocracia, papéis, reuniões, tarefas e tarefas com menos tempo para preparar as suas aulas, para se dedicar aos seus alunos. E desfaz-se o mito: um professor dos 2.º e 3.º ciclos e secundário não cabe nas estatísticas apresentadas pelo MEC sobre o número de alunos por cada professor. As contas não são feitas assim. A título de exemplo temos hoje, mais do que nunca, professores com 7, 8, 12 turmas. Se cada uma delas tiver o máximo permitido por lei teremos mais de 200 alunos por cada professor chegando em muitos casos aos 300... mais com menos. Na sua maioria professores contratados sem quaisquer reduções por tempo de serviço ou idade, sem futuro, sem escalões, sem que lhe sejam aplicados a maior parte dos artigos do Estatuto da Carreira Docente, documento, quicá, em vias de extinção.



Foto: Felizarda Barradas

Num tempo em que o país atravessa uma crise grande, mais do que nunca a educação deveria ser uma prioridade e não mais uma que serve apenas para cortar. Base de uma sociedade, pilar fundamental para a construção e evolução de uma sociedade, das poucas profissões com 100% de mão de obra altamente qualificada/especializada, a educação é hoje o parente pobre remetida a um canto e denegrida por muitos a todo o momento.

Destas políticas só esperamos mais do mesmo: mais exploração, mais mentiras, mais desemprego, mais políticas erradas, mais cortes, mais, mais, mais, mas o mais errado. A verdade é que teremos menos Educação, menos Escola Pública, menos professores, menos dedicação e menos apoio individual a cada um dos nossos alunos.

Em suma o desemprego não é casual, fruto da diminuição (como se quer fazer passar para a opinião pública) do número de alunos na escola (logo agora que a escolaridade obrigatória aumentou para os 18 anos), mas uma grave e direta consequência de políticas meramente economicistas em nome de uma crise que não foram, com toda a certeza, os professores que a provocaram. ■

*Sem contabilizar os horários em Oferta de Escola

Ainda as ofertas de escola

• **Antônio Avelãs**

Presidente da Direção

Tendo aumentado o número de professores contratados não colocados no concurso nacional, é natural que as colocações por oferta de escola sejam mais concorridas e que os candidatos as sigam com a maior das atenções.

E se é verdade que em termos de colocações por cada um que fica injustificadamente afastado há outro que beneficia, em termos sindicais (e supostamente também da DGAE) há que cuidar da justiça e da transparência de todo este processo. E o que nos tem chegado aponta muito mais para falta de transparência e para o nepotismo. É certo que foi publicada legislação que tenderia a combater estes desvios. Mas em muitos casos ela mostrou-se inoperante.

Gostaria de sublinhar que dar seriedade e equidade a uma entrevista, entendida como critério de seleção/seriação de candidatos, exige uma preparação teórica e prática que os diretores e seus adjuntos, por norma, não têm. É um trabalho altamente especializado. Sem estar garantida a qualidade dos entrevistadores, esta prática é a mais irresponsável e subjetiva de todas! De resto, os membros da direção, pelo conhecimento pessoal que têm de um ou mais candidatos, nunca estão cobertos pelo “véu de ignorância” de que nos fala Rawls, indispensável a uma escolha justa. São, quase sempre, parte interessada e, portanto, nunca deveriam ser júri nem determinar os critérios de seleção.

Têm chegado ao SPGL - que as tem reenviado para o ministério - as mais variadas denúncias. Desde escolas que não publicitam as listas de graduação profissional (lista elaborada pela DGAE) a can-

didatos que, tendo sido graduados nestas listas delas desaparecem subitamente... Apesar de a legislação ser clara - os candidatos devem ser chamados por séries de cinco, respeitando a ordem de graduação profissional - há notícia de escolas que convocam todos os candidatos para entrevista no mesmo dia e à mesma hora; há notícias em que a propalada entrevista consiste na resposta por e-mail a uma ou duas questões, normalmente relacionadas com a atividade da escola/agrupamento no ano letivo passado; não se explica porque é que são colocados os candidatos que na lista graduada se situam para lá do centésimo lugar! Enfim, a arbitrariedade e o nepotismo campeiam.

Se o M.E. não intervier, se não esclarecer cada uma das denúncias que lhe são apresentadas, se não pedir contas a quem tenha desrespeitado as leis, obviamente que se humilha a ele próprio face a direções de escolas/agrupamentos que tripudiam publicamente sobre a legislação publicada. E dará um triste sinal quanto ao tão propalado estado de direito que supostamente somos.

Todo este imbróglio deve suscitar cuidada reflexão sobre a defendida “autonomia” das escolas/agrupamentos e sobre as nada nítidas vantagens de manter o atual sistema (de exceção) da colocação dos professores nas escolas-teip - assente precisamente nas supostas vantagens da “oferta de escola” para garantir a qualidade e a adequação dos docentes escolhidos a cada escola. E já agora, estas desastrosas experiências mostram a irresponsabilidade da tese dos que pretendem abolir o concurso nacional para colocação e dar a cada escola a liberdade de recrutar os seus professores. ■

Ensino Superior transformado em mercadoria. O Aumento das Propinas

• **António Avelãs**

|Presidente da Direção|

O valor das propinas no ensino superior está a aumentar em muitos países, tornando-o uma mercadoria e arrastando os estudantes para situações de dívidas bancárias – alguns bancos criaram linhas específicas para estes lucrativos empréstimos – enquanto que muitos estudantes se veem forçados a abandonar os estudos. As universidades, menos financiadas pelo estado que lhes outorga uma armadilhada “autonomia”, lançam-se na busca de financiamentos que, juntamente com o aumento das propinas, lhes permitam cumprir o seu papel, ou, em muitos casos, apenas sobreviver. Mas, o que têm elas para vender? O que interessar a quem as financia. Como escreve Isabelle Bruno, na edição portuguesa do *Le Monde Diplomatique* do mês de setembro de 2012, e centrando-se na situação em França: “*Como os saberes emancipadores, considerados como bens comuns, já não fazem sucesso, o que elas têm agora de fazer é transformar a investigação científica em produtos patenteáveis e os docentes em percursos individualizados e “profissionalizantes que dêem origem a diplomas rentáveis”.* “*As formações universitárias, empacotadas, mercantilizadas, calibradas para*

públicos solventes, certificados por normas do ISSO (International Organisation for Standardisation) e classificadas em palmarés tendem a ser concebidas como mercadorias ou mesmo como “marcas” no caso das instituições mais prestigiadas e já rodadas na recolha de fundos privados”. Os estudantes transformam-se em “clientes” a quem as universidades oferecem possibilidades de investimento no futuro, clientes que pagam propinas diretamente proporcionais à “fama” das instituições que frequentam. Com o pretexto de que as famosas universidades americanas exigem propinas elevadas assistimos também na Europa a uma escalada – e Portugal não é exceção. A esta escalada do valor das propinas subjaz a destruição do conceito do ensino superior como um bem público e a defesa de que há “um mercado do conhecimento” sujeito às normais regras do mercado. Não é pois de estranhar o que as mais recentes estatísticas do OCDE verificam: de entre os países analisados (38) apenas 8 mantiveram um acesso livre aos estabelecimentos públicos do ensino superior ⁽¹⁾, enquanto as propinas se tornam mais caras na maioria dos países. Os propagandistas do neoliberalismo e da “mercadorização” do ensino superior invocam critérios de justiça social: é justo que os mais ricos paguem o ensino

– entendido como um rentável investimento –, criando-se mecanismos de “empréstimos” aos mais carenciados, empréstimos a pagar aquando da sua entrada no mercado de trabalho. Com este mecanismo, porém, cria-se o que Christopher Newfield, em artigo no mensário atrás referido, chama “a bomba-relógio da dívida estudantil”. Analisando a situação nos Estados Unidos, o autor conclui que “*uma enorme quantidade de estudantes nunca vai ser capaz de pagar a dívida dos empréstimos contraídos para pagar a sua formação*”. Ainda segundo o mesmo autor, a taxa de incumprimento, em 2011, é de 10%. A esta situação não é estranha a aproximação das propinas das escolas públicas às propinas exigidas pelas universidades privadas registada nos últimos anos. E se o autor se refere aos Estados Unidos, fácil é reconhecer que a tendência se verifica em quase todos os países europeus, fruto de um progressivo desinvestimento público neste campo. Tal como se verifica em Portugal.

Portugal: um dos países da OCDE com propinas mais caras e menos apoio aos estudantes

Em Portugal o custo das propinas nas escolas superiores públicas aproxima-se, em média,

dos 1000 euros/ano, colocando-nos entre os países com propinas mais altas. Situação a que acresce o facto de, dos 9 países teoricamente com propinas mais elevadas do que as praticadas em Portugal, boa parte deles oferece aos estudantes apoios (empréstimos, bolsas, subsídios, isenções,...) muito superiores aos que Portugal oferece, o que, segundo Samuel Silva, em artigo publicado no “Público” de 11 de setembro de 2012, coloca o nosso país como o 3º com propinas mais elevadas na Europa (ou mais rigorosamente entre as 38 unidades – os países são 34 – analisadas no relatório ⁽²⁾

Justificando tal dado, o mesmo artigo sublinha que na Irlanda, Escócia, Eslovénia, Croácia, países formalmente com propinas mais elevadas que as nossas, o número de alunos isentos aproxima-se, e em alguns casos ultrapassa, os 50%.

Não deixa de ser intrigante que países “ricos”, como a França e a Alemanha, tenham propinas inferiores às de Portugal. Até parece que a nossa população é riquíssima!

Uma conclusão se impõe: num país que tem ainda uma percentagem de população no ensino superior bastante inferior à média dos países europeus, esta elitização do acesso ao ensino superior apenas acentuará o nosso atraso estrutural. A menos que o nosso projeto coletivo seja aproximarmo-nos largamente dos padrões dos chamados países do terceiro mundo. ■

(1) Esses países são a Dinamarca, Finlândia, Irlanda, Islândia, México, Noruega, República Checa, e Suécia.

(2) Relatório da Eurydice, apresentado em Bruxelas no dia 10 de setembro de 2012.

Revisão Curricular de 2012 ou, mais uma vez, a história do rabo de fora do gato escondido

• Ariana Cosme e Rui Trindade

Fac. Psic. C. Educ. U. Porto

Foi publicado no Diário da República nº 129, da 1ª Série, em 5 de Julho de 2012, o Decreto-Lei nº 139/2012 que institui a revisão da estrutura curricular referente ao ensino básico e ao ensino secundário. Um documento que terá que ser lido de forma articulada quer com o Despacho nº 17.169/2011 que revogou o documento relativo às competências essenciais do ensino básico, elaborado na sequência da aprovação do Decreto-Lei nº 6/2001 de 18 de Janeiro, quer com o Decreto-Lei nº 94/2011 de 3 de Agosto, quer, finalmente, com os documentos onde se divulgam as metas curriculares para o ensino básico nas disciplinas de Português, Matemática, Educação Visual, Educação Tecnológica e Tecnologias de Informação e Comunicação. Só este tipo de enquadramento é que permitirá compreender a operação de marketing político presente no facto de naquele decreto-lei ter deixado de haver referências tanto à necessidade de se investir no reforço de disciplinas essenciais, como à necessidade de “focalização em «conteúdos disciplinares centrais», associada à «definição de objetivos claros, rigorosos, mensuráveis e avaliáveis»¹. Em vez disso, valo-

riza-se no seu preâmbulo, quer a necessidade de se reduzir a dispersão curricular, quer a necessidade das escolas poderem assumir uma maior autonomia como espaços de decisão curricular, quer, finalmente, a necessidade de se promoverem ações mais eficazes na prevenção do abandono e do insucesso escolares. Deste modo, oculta-se, num primeiro momento, o facto de se estar a transitar de uma política de neoliberalismo educacional mitigado, na expressão feliz de Almerindo Janela Afonso, para uma política de carácter neoliberal puro e duro que nos remete para a ação dos governos de M. Thatcher e de R. Reagan, na década de 80 do século passado. Num segundo momento, o governo cria a ilusão de que está aberto à criação de consensos² fazendo com que os opositores às suas políticas educativas sejam vistos, sobretudo por alguma opinião publicada mais influente, como elementos radicais e inconsequentes. Consolida-se, assim, por esta via, a ideia de que estamos perante uma inevitabilidade, para a qual não há qualquer alternativa credível. Por isso, a revisão curricular que Nuno Crato apadrinha tem que ser objeto de uma leitura mais aprofundada e criteriosa. Uma leitura que nos ajude a constatar, em primeiro lugar, que apesar da retórica gros-

seira do Despacho nº 17.169/2011, através da qual se minorizam as competências face aos conteúdos, se propõe, afinal, não a erradicação das competências, mas uma visão mais circunscrita das mesmas, relacionadas, sobretudo, com as atividades de escuta, de evocação e de automatização dos procedimentos por parte dos alunos, as quais correspondem ao projeto de educação escolar instrutivo pelo qual Nuno Crato se tem vindo a bater. Trata-se de um dado bastante relevante pelas implicações do mesmo quanto ao significado do discurso pedagógico catastrofista que tem vindo a legitimar a ação do Ministério da Educação. Um discurso que é posto em causa pelos resultados dos alunos portugueses de 15 anos nas provas de avaliação do PISA, ao nível do seu desempenho na leitura, matemática e ciências. Se até à última avaliação, em 2009, esses resultados demonstravam que as principais vulnerabilidades dos nossos alunos se revelavam em exercícios que exigiam a utilização de estratégias não padronizadas ou ao nível das suas competências de análise e de síntese e não tanto nos procedimentos que envolviam o recurso a rotinas ou à memorização, os resultados dessa última avaliação mostraram que esses mesmos alunos tiveram, pela primeira vez, resultados acima da média dos países da OCDE. De acordo com este conjunto de dados, pode considerar-se que estamos perante uma contradição evidente quer entre o diagnóstico das necessidades que os resultados do PISA nos proporcionam e as exigências que as novas metas curriculares pressupõem, quer entre um ministro que, por um lado, tanto valoriza as avaliações externas como expressão de uma cultura de rigor e de exigência e, por outro, as ignora quando politicamente não lhe convém. A julgar pelos resultados do PISA, a revisão curricular do governo é contraproducente, quer porque esta revisão propõe medidas que vão em sentido contrário àquelas que permitiram obter tão bons resultados, quer porque as medidas propostas por N. Crato constituem uma solução que contribui para agravar as vulnerabilidades atrás referidas dos alunos portugueses em provas de aferição internacionais.

Porque se propõe, então, uma mudança curricular tão radical como aquela que Nuno Crato propõe? Ainda que seja em nome do bem-estar das crianças e do respeito pela autonomia das escolas e do reconhecimento dos professores como decisores curriculares e pedagógicos, o que se verifica é que, em qualquer um dos cenários traçados, acontece que o 2º ciclo, cuja carga horária se foi mantendo inalterada nas cinco revisões curriculares anteriores, passou a ter menos 3 blocos semanais de 90 minutos, enquanto no 3º ciclo se perderam dois blocos de 90 minutos e no Ensino Secundário se reduziram três blocos de 90 minutos no 12º ano. O que é relevante, apesar destas tesouradas curriculares, é compreendermos que nem a dispersão curricular deixou de ser tão dispersa como já era, nem a margem da autonomia dos professores e das escolas é tão mais ampla quanto se quer fazer crer. Sabendo-se que a redução das cargas horárias atrás apresentadas se fez à custa das áreas curriculares não-disciplinares e da parcelização da área de Educação Visual e Tecnológica (EVT), conclui-se que, por um lado, este ministério impede que as escolas possam continuar a beneficiar dos tempos letivos disponíveis nessas áreas curriculares não-disciplinares, os quais lhes permitiriam continuar a tentar encontrar soluções pedagogicamente interessantes em domínios como o dos espaços de regulação e de autorregulação pessoal e social, espaços que poderiam contribuir também para o estabelecimento de vínculos e de compromissos coletivos; o dos projetos de afirmação cívica ou o dos projetos de convívio e de sociabilidade dos alunos, bem como o dos projetos de incentivo ao desenvolvimento e afirmação de interesses vocacionais que poderiam favorecer a existência das escolas como espaços educativos mais amplos. No caso da Área do Estudo Acompanhado, cremos ser um equívoco transformá-la num espaço circunscrito a intervenções pedagógicas de caráter compensatório. Mais uma vez, o mesmo ministério que proclama a necessidade das escolas e dos professores poderem tomar decisões restringe a sua autonomia ao impor uma solução universal

num domínio onde isso não deveria acontecer. O mesmo se poderia dizer acerca da desagregação de Educação Visual e Tecnológica que, para além disso, exprime uma intenção educativa que acaba por penalizar, e de forma grosseira, o processo de socialização cultural que à Escola compete assumir, sobretudo porque vivemos num tempo em que as experiências integradas nos domínios em causa fazem todo o sentido e constituem uma necessidade do ponto de vista do desenvolvimento de competências literárias que não podem continuar a ficar circunscritas, apenas, ao trabalho que se possa realizar nas restantes áreas curriculares.

Em conclusão, a revisão curricular que o Decreto-Lei nº 139/2012 prescreve, a qual não poderá ser dissociada nem de outras medidas que neste texto não referimos³ nem tão pouco de uma ação política de caráter mais global, não constitui mais do que uma contrarreforma pedagógica que depende também do modo como o processo de desinvestimento na Escola Pública abrir as portas à consolidação de uma instituição escolar que, ao demitir-se de criar novas oportunidades culturais para aqueles que delas mais necessitam, potencia as possibilidades de afirmação de um projeto de estratificação social que, afinal, já está em marcha através da ofensiva neoliberal de que, hoje, como portugueses, somos vítimas preferenciais. ■

¹ Cf. Parecer nº 2/2012 do Conselho Nacional de Educação que foi publicado no Diário da República nº 48, 2ª Série, em 7 fr Março de 2012.

² Neste domínio, o dos consensos, importa chamar a atenção para o facto de se terem elaborado metas curriculares, para além do Português e da Matemática, nas áreas da Educação Visual, da Educação Tecnológica e das Tecnologias de Informação e Comunicação, precisamente as áreas que irão perder importância curricular nesta reforma. Trata-se, obviamente, de uma operação que é destinada a suavizar o impacto político tão negativo de uma medida cuja radicalidade assim se oculta.

³ As propostas concebidas para alunos em situação de insucesso ou que manifestem dificuldades de aprendizagem enquadram-se neste conjunto de medidas, merecendo até ser objeto de uma reflexão mais circunstanciada e específica, dada a natureza das mesmas e a filosofia pedagógica que as sustenta.

A soma de todas as iniquidades

Joaquim Jorge Veiguinha

Segundo dados da Comissão Europeia, os salários registaram em Portugal uma quebra de 10,4% entre 2010 e 2012. O Inquérito ao Emprego do INE, publicado em 13 de agosto, revela que os trabalhadores com salários mais baixos – 310 euros por mês – aumentaram 9,8%. Tratou-se do maior aumento verificado, já que todos os outros assalariados sofreram quebras, com exceção dos que ganham entre 1800 e 2500 euros cujo número aumentou apenas 7,5%.

Apesar destas 'evidências', o Governo aposta numa política explícita de financiamento da redução salarial. A primeira medida é a possibilidade de um desempregado com um salário (bruto) inferior ao subsídio de desemprego poder acumular com o salário 50% do subsídio até um máximo de 500 euros nos primeiros seis meses e 25% até um limite de 250 euros no ano seguinte. Estamos perante uma dupla iniquidade: parte do salário do trabalhador no ativo cada vez mais em risco de cair no desemprego vai sustentar o 'novo' emprego dos outros com salários cada vez mais baixos; simultaneamente, a medida é um incentivo à manutenção dos baixos salários.

Uma segunda medida é o programa Estímulo 2012, lançado em meados de fevereiro de 2012. De acordo com este programa, está prevista a atribuição de um apoio financeiro de 50% da retribuição mensal do trabalhador até ao limite de 419,22 euros, correspondente ao valor de um indexante de apoios sociais, durante seis meses. Segundo dados do Ministério da Economia, as empresas que se candidataram a este 'estímulo' estão a pagar em média 358,33 euros por mês, o que significa que aproveitaram esta magnífica oportunidade que tão 'generosamente' lhes foi concedida para oferecerem salários de 656,56 euros, valor muito inferior ao salário médio que se situa entre 770 e 800 euros. Apesar de se prever um reforço

dos apoios às empresas que integrem os trabalhadores nos quadros, apenas 22% optaram até ao início da primeira semana de agosto por esta modalidade. As restantes 78% preferiram a contratação a termo, o que denota desde logo uma tendência: a continuação, ou mesmo o reforço, da estratégia de precarização laboral e da quebra salarial.

A ideologia governamental

Estas medidas não são ditadas pela necessidade de reduzir o défice que está muito para além dos 4,5% do que foi acordado com a 'troika' para 2012. O cumprimento dos objetivos do memorando do entendimento, apesar de 'flexibilizados' para 5% este ano e 4,5% para o próximo, é apenas o pretexto para a aplicação da ideologia 'supply side' ou da 'economia da oferta' que parte do princípio de que os empregadores estão dispostos a contratar mais trabalhadores após uma redução salarial. Outro aspeto desta ideologia, defendida pelo candidato republicano à presidência dos EUA, Mitt Romney, é que os impostos sobre os 'ricos' devem ser reduzidos, já que só assim estes estarão dispostos a criar mais empregos. O Governo pela voz do primeiro-ministro partilha desta opinião com uma ligeira 'nuance': tributar os 'ricos' implicaria uma fuga de capitais, pelo que não resta outra alternativa ao Governo senão a de tributar os rendimentos do trabalho. Esta ideologia, para além de revelar uma enorme iniquidade, é duplamente falsa: em primeiro lugar, a redução salarial contribui para diminuir a procura através da baixa do poder de compra dos trabalhadores e assalariados que consomem proporcionalmente mais do que os 'ricos' e, por conseguinte, para reduzir o volume de vendas das empresas e os investimentos futuros criadores de emprego; em segundo lugar, nem tudo o que os ricos 'poupam' com a redução de impostos se converte em investimento, mas 'viaja' cada vez mais para paraísos fiscais ou para as

aplicações financeiras de caráter especulativo. Além do mais, apesar do Governo ter revelado até agora uma grande timidez na tributação dos rendimentos do capital, o investimento é a variável que registou a maior quebra.

A tentativa de aumentar as contribuições sociais dos trabalhadores de 11 para 18% e de reduzir a das entidades patronais de 23,75 para 18 por cento suscitou uma vaga de contestação social que obrigou o Governo PSD/CDS a retirar uma medida que contribuiria para diminuir ainda mais os rendimentos do trabalho em benefício dos rendimentos do capital. Um estudo da consultora Mercer confirma que em 2012 houve uma quebra generalizada dos salários nominais, a que apenas escaparam os níveis hierárquicos de topo das empresas, com destaque para os trabalhadores com qualificações mais baixas, administrativos e funções operacionais da indústria, que receberam -1,27 e -1,8 por cento, respetivamente, em relação a 2011 (*Público*, 24.09.12). Apesar disto, a instituição liderada por Carlos Costa, designada por Banco de Portugal (BdP), não está satisfeita, já que defende sem nenhum fundamento científico, mas como mera apologista ideológica da 'supply side economics', que os salários nominais em Portugal deverão registar ainda uma redução de 10% para que a economia nacional se torne 'competitiva'. O índice que tenta legitimar esta medida designa-se por índice cambial efetivo real (deflacionado pelos custos unitários de trabalho) e tem como objetivo comparar os custos de produção em Portugal relativamente aos custos de produção dos seus parceiros comerciais. Ao contrário do que já demonstraram estudos científicos que o BdP ignora ou finge ignorar, a competitividade externa de um país pode estar relacionada, mesmo numa situação, como a atual, em que este não pode desvalorizar a moeda, não com o fato do trabalho ser demasiado caro, mas com o fato do tipo de produtos que são exportados, serem, como no caso português, em grande parte

produtos de baixo valor acrescentado, de que se destacam os têxteis, que já não são produzidos nos países mais desenvolvidos da União Europeia e que, por conseguinte, sofrem a concorrência de nações com níveis salariais muito baixos. Esta 'brilhante' dedução do Bdp abre uma 'nova via' que consiste, no fundo, em nivelar tendencialmente os salários portugueses pelos salários chineses (Ver DN, 23.08.12; *Público*, 23.08.12).

Um modelo económico esgotado

A iniquidade social torna-se ainda mais grave se tivermos em conta que nos encontramos perante um modelo económico completamente esgotado sem alternativas a curto e médio prazo. O 'leading sector' de Portugal foi, desde a integração na União Europeia, a construção civil responsável, em 2011, por 20,2% do emprego, 18,2% do PIB e por 61,4% do investimento. Segundo afirmações de Reis Campos, presidente da Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário, ao jornal *Público* de 22 de agosto, o setor tem uma dívida à banca de 38 mil milhões de euros, o que equivale a quase metade do valor do resgate a Portugal (78 mil milhões de euros). No segundo trimestre de 2012, as novas encomendas da construção registaram uma quebra homóloga de 51,1%, com particular destaque para o subsector de obras de engenharia que caiu 67,7%. Na última década desapareceram 320 mil postos de trabalho e nos últimos doze meses mais de 109 mil, o que corresponde a 53,3% dos empregos eliminados no país (DN, 18.06.12 /22.08.12). Depois do 'boom' da economia do betão deparamos agora com milhares de habitações que não encontram compradores e, devido aos aumentos das portagens nas ex-SCUT e dos preços dos combustíveis, com uma brutal redução do tráfego nas vias rápidas, absurdo que revela o esgotamento de uma economia rentista e parasitária de promotores imobiliários e seus financiadores bancários que gerou uma 'elite extrativa' que se alimentou da captura de uma parte significativa do excedente social sem gerar nova riqueza.

Tendo em conta esta situação, não surpreende que a dívida pública tenha atingido no primeiro quadrimestre de 2012 111,7% do PIB – a 3ª maior da Europa, apenas superada pela da Grécia e da Itália – e a dívida privada 249,1% do

PIB (Fontes: *La Repubblica*, 29.08.12; *El País*, 18.06.12), sendo apenas ultrapassada pela da Irlanda. No entanto, se subdividirmos este último valor verificamos que o endividamento das empresas alcançou 182,5% em junho deste ano (Fonte: DN, 23.08.12), enquanto o das famílias atinge apenas 66,6%. Eis como, cai pela base o argumento governamental de que as famílias portuguesas 'vivem acima dos próprios meios'. Como é que tal é possível quando, segundo o inquérito às condições de vida de 2007, se concluiu que a taxa de pobreza, equivalente a rendimentos inferiores a 60% do rendimento mediano, atingia 18% dos cidadãos portugueses, valor que subiria para 40% antes das transferências sociais? Pelo contrário, uma parte significativa da população vivia e vive cada vez mais muito abaixo do necessário e indispensável para uma vida digna. Quem vive acima dos próprios meios é, indubitavelmente, a elite dos 'rentistas' do imobiliário mesmo que se encontrem em declínio, das grandes cadeias comerciais e dos detentores de grandes patrimónios e rendas financeiras que se apropriam de uma parte desproporcionada da riqueza produzida por todos sem nenhuma contrapartida em consequência das suas imunidades e privilégios fiscais e tributários. Não será a projetada redução dos escalões do IRS que irá contribuir para eliminar estas iniquidades fiscais. Pelo contrário, contribuirá ainda mais para agravá-las e para transformar o sistema fiscal português num sistema ainda mais regressivo do que o atual. Deve apostar-se sobretudo num aumento significativo da tributação sobre os patrimónios, transações e aplicações financeiras de elevado valor para estabelecer maior equidade social e gerar receitas para reduzir o défice e a dívida públicas sem pôr em causa o investimento produtivo criador de emprego.

A desindustrialização do país a que este modelo de subdesenvolvimento conduziu e as medidas de austeridade recessiva do Governo PSD/CDS são responsáveis por uma economia que se afunda cada vez mais. Entre abril e junho de 2012 os indicadores da procura interna caíram, em termos homólogos, cerca de 28%, dos quais 18,1% para o investimento, 5,9% para o consumo privado e 3,9% para o consumo público. As exportações cresceram apenas 4,3% quando no primeiro trimestre tinham aumentado 7,9%. A quebra das importações em 8,1% e a redução

relativa do défice da balança comercial, tão festejada pelo primeiro-ministro, não foi resultado de uma substituição de importações, mas da forte quebra da procura interna. Vítor Gaspar na sua entrevista ao DN de 12 de setembro afirmou que, em 2013, haverá uma inversão do ciclo económico, apesar das estimativas previstas para o desemprego serem de 16% e um défice de 2,5% do PIB em 2014 acordado com a 'troika' implicar uma redução de 2 pontos percentuais relativamente a 2013, isto é, cerca de 3350 mil milhões de euros, o que é objetivamente insustentável sob o ponto de vista da preservação do que ainda resta do Estado social (Ver: *Público*, 27.09.12, p.22). Tal seria possível num regime capitalista se o aumento da produtividade e a elevada composição tecnológica do setor exportador superasse a quebra da procura interna, apesar de beneficiar alguns poucos à custa da deterioração do Estado social, como sucedeu na Alemanha que é o paradigma da 'troika'. No entanto, tendo em conta a baixa composição tecnológica das exportações portuguesas, bem como o seu fraco contributo para o valor acrescentado – apenas 18,4%, segundo um estudo do economista Augusto Mateus (*Público*, 25.09.12) – esta afirmação revela que o Ministro das Finanças e a 'troika', que partilham esta estratégia, conhecem mal a economia do país e laboram sobre hipóteses totalmente erradas que a realidade concreta se encarregará por desmentir. É necessário construir um novo modelo de desenvolvimento baseado na indústria, na substituição das importações, na inovação tecnológica, na investigação científica e no aumento generalizado das qualificações da força de trabalho. Só que nas atuais condições económicas, sociais e políticas torna-se muito difícil superar um modelo económico exangue que atua como uma espécie de bomba ao retardador. Para evitar esta situação de catástrofe cada vez mais iminente, é necessário combater as políticas de um Governo que faz da austeridade para a maioria da população trabalhadora um dogma e da desigualdade social crescente o principal fator da competitividade das exportações do país. Caso contrário, a bomba ao retardador não tardará muito a explodir e a arrastar cada vez mais Portugal para um abismo onde nunca se verá o fundo. ■



O ensino em estabelecimentos prisionais

Um trabalho difícil mas compensador

Bem no centro de Lisboa, a Escola Secundária Maria Amália Vaz de Carvalho desenvolve uma vertente de trabalho pouco conhecida: o ensino em estabelecimentos prisionais. Concretamente o Estabelecimento Prisional de Lisboa e a prisão de Monsanto. É do trabalho aí realizado, dos problemas mais sentidos e também da sensação de que “vale a pena”, que nos fala António Rosa, assessor da direção da escola e responsável pela coordenação do ensino nestes estabelecimentos prisionais.



Lígia Calapez
Jornalista

O trabalho que a escola desenvolve nesta área já tem uma história de mais de duas décadas. Uma intervenção que, nos primeiros anos, foi muito diminuta e pontual, cingindo-se aos exames, como escola da área das instalações prisionais.

É a partir de 1999 – com a publicação do despacho conjunto 451/99 (Ministério da Educação / Ministério da Justiça), que regulamenta o ensino em estabelecimentos prisionais – que se inicia um trabalho mais continuada. “Nessa altura, começámos lá a lecionar o ensino secundário por unidades capitalizáveis”, diz António Rosa.

Desde então, o sistema de ensino tem registado sistemáticas oscilações. E, das unidades capitalizáveis (que António Rosa considera particularmente adequado à realidade prisional), passou-se a lecionar por módulos e aos cursos EFA. Neste momento “os cur-

sos EFA estão a terminar e a ser substituídos por uma nova versão de ensino secundário por módulos”.

Como se organizam alunos e turmas

À partida, o ensino secundário tem pouca procura porque “a grande maioria dos reclusos não tem formação suficiente”.

O processo de seleção e organização de turmas baseia-se numa articulação com os serviços educativos do estabelecimento prisional. A participação dos alunos é sempre a nível voluntário.

“Os serviços educativos do estabelecimento fazem uma sondagem. Procedese a uma triagem, porque uma grande parte dos reclusos pura e simplesmente não tem condições para ir para o ensino secundário por falta de habilitações. E, depois, estudamos caso a caso, arranjam os certificados de

habilitações – o que em geral é extremamente complicado, porque são pessoas que não estudam há muito tempo, têm percursos escolares extremamente irregulares. E temos uma conversa com eles, no sentido de os orientar e começarmos efetivamente as aulas”

O mínimo, para se começar uma turma no estabelecimento prisional, é 10 alunos. “Normalmente há um pouco mais do que isso mas, ao fim de algum tempo, por desistências, por transferências, fica reduzido”. Com o sistema de unidades capitalizáveis, “isso podia ser um colmatado por entradas de outras pessoas. Nos outros sistemas é mais difícil”, sublinha António Rosa.

As aulas têm lugar na antiga capela, para os reclusos que se encontram a cumprir pena no edifício principal, e na Ala G – uma unidade de acompanhamento de reclusos toxicod dependentes – situada na antiga enfermaria do estabelecimento prisional.



Até ao ano letivo de 2002/2003 foram ministrados cursos de Letras e de Ciências, por unidades capitalizáveis, e o ensino aos alunos da Ala G foi lecionado em regime de voluntariado. A partir de 2001/2002 passa a ser lecionado apenas o curso de Humanidades e ensinadas as disciplinas de Português, Inglês, Francês, Filosofia, História, Geografia e TIC ao 10º ano, a alunos presenças, bem como aos 11º e 12º anos, na modalidade de apoios a alunos não presenciais, que se candidatam a exame por módulos.

O projeto educativo é elaborado pelos serviços educativos da Penitenciária e pela escola e, seguidamente, enviado para os serviços competentes do MEC e do Ministério da Justiça. “Depois recebemos a aprovação ou alterações ao projeto e começamos as aulas” – diz António Rosa. “Começam sempre um pouco atrasadas. Dada a morosidade do processo. E porque não vale a pena fazer inscrições em Julho, na Penitenciária, pois, quando chegamos a Setembro, metade dos presos já saiu”.

Um trabalho muito complicado

A instabilidade da situação dos próprios alunos e a limitação de recursos tornam o trabalho desenvolvido pela escola particularmente complicado. “É muito difícil fazer previsões neste ambiente”, refere António Rosa. “Muitos dos reclusos não estudam há muitos anos. É difícil reconstituir os seus processos. E há pouca estabilidade nas turmas. Os alunos são muitas vezes transferidos de prisão (e nem sempre

essas transferências permitem retomar os estudos no outro estabelecimento), saem em liberdade. Ou são transferidos para ir a julgamento noutras comarcas e, nesse caso, podem andar um período inteiro fora”.

Assim, e por diversas razões, os alunos podem estar um tempo sem estudar. “Num sistema de ensino normal, quando voltarem estão completamente perdidos. No sistema de unidades capitalizáveis podiam, na medida do possível, retomar no ponto onde estavam”.

“Foi, talvez, o sistema que melhor funcionava neste contexto”, sublinha António Rosa.

À instabilidade acresce a falta de condições. “Há falta de condições, apesar de toda a colaboração que nos é dada pela direção do estabelecimento prisional. O número de reclusos é muito elevado relativamente às instalações (cerca de 1200 num estabelecimento com lotação para 890), as instalações estão bastante degradadas e há falta de pessoal em geral”.

Pesam ainda algumas restrições específicas e a grande limitação de recursos. Estas restrições, que se prendem com medidas de segurança, podem ser tão diversas como a impossibilidade de acesso à internet ou de utilização de qualquer instrumento passível de ser utilizado como arma (por exemplo – um compasso)

As limitações de recursos vão desde a inexistência de laboratórios (“como ensinar físico-química quando não há laboratórios?”) à pobreza das bibliotecas existentes no estabelecimento.

À partida, qualquer trabalho de pesqui-

sa fica seriamente comprometido. Um óbice a que os professores da escola secundária Maria Amália Vaz de Carvalho tentam dar resposta levando os materiais para os alunos. “O que não é pesquisa, claro, mas ajuda alguma coisa. Por outro lado – nada nos impede de levar um CD e projetá-lo. Pedindo autorização ao estabelecimento prisional, onde normalmente não há problema com isso. Claro que não é a mesma coisa. Mas é o que é possível”.

Este ano – e apesar das permanentes incertezas relativamente ao futuro (falou-se mesmo de que o estabelecimento prisional de Lisboa iria ser extinto e eventualmente vendido) – a escola está a fazer uma experiência nova. “O curso EFA está a acabar. Vamos abrir uma turma por módulos e começar a lecionar unidades de curta formação de línguas”.

Uma janela cá para fora

Para os alunos as aulas são mais do que uma oportunidade de adquirir conhecimentos e competências. “Para eles, é uma libertação. É um momento diferente. Muitos provavelmente frequentam as aulas com a ideia de estar num espaço diferente e contactarem com pessoas de fora”.

A escola assume assim também a importante função de proporcionar um contacto humano diferente, com alguém vindo de fora. “É uma janela cá para fora”.

A relação entre alunos e professores é, em geral, boa. “É muito raro haver problemas disciplinares com estes alunos. É muito mais provável haver um problema desagradável com um aluno numa aula do ensino regular do que no estabelecimento prisional de Lisboa. Durante estes anos todos, um incidente, uma falta disciplinar por exemplo, contam-se pelos dedos”.

“É um trabalho complicado mas que considero compensador”, conclui António Rosa. “Há muitas desistências. Mas há sempre um ou outro que consegue. Lembro-me que uma vez um disse: *eu entrei aqui, era um ladrão, agora saio daqui quase como um senhor*. Porquê? Porque tinha entrado nem tinha a 4ª classe e saía com o 12º. Foi um dia em que eu senti que valia a pena”.



MANIFESTAÇÃO de 29 de SETEMBRO

SPGL SAÚDA OS PROFESSORES, EDUCADORES E INVESTIGADORES

O Terreiro do Paço tornou-se de facto, por umas horas, em Terreiro do Povo. Muitos e muitos milhares de trabalhadores manifestaram de forma inequívoca que não aceitam a continuação de uma política apostada em empobrecer Portugal, em aumentar as desigualdades sociais, em reduzir os direitos e os vencimentos de quem trabalha. Muitos dos que participaram eram professores, investigadores e educadores. No ativo e aposentados. O SPGL saúda o elevado número de docentes da sua área sindical que marcaram uma excelente presença nesta jornada de luta.

Nenhum cidadão pode ficar indiferente perante o desastre em que o país está mergulhado. Muito menos o podem os docentes. O SPGL apela a todos os docentes para que debatam nas suas escolas a grave situação que atravessamos de modo a coletivamente encontrarmos as alternativas necessárias e possíveis a uma política cujos resultados desastrosos são já por demais evidentes. Concretamente, o SPGL apela a uma ampla e funda discussão sobre a hipótese de ser convocada uma greve geral de todos os trabalhadores. ■

A direção do SPGL



É tempo de dizer basta!

Os professores e o SPGL marcaram uma significativa presença na grande manifestação que, dia 29, fez transbordar o Terreiro do Paço.

Na sua intervenção, Arménio Carlos anunciou a intenção da CGTP de convocar uma greve geral e frisou a importância da união de todos.

"Eles têm medo que o povo perca o medo e o povo está a demonstrar que está a perder o medo, que quer lutar pelo presente, salvaguardando gerações futuras", começou por dizer o dirigente da CGTP, que sublinhou ser "tempo de taxar o capital". ■

RESOLUÇÃO

Prosseguir a luta pelos salários, emprego e direitos Derrotar a política de direita Construir uma alternativa de esquerda



Um enorme caudal de descontentamento, protesto e indignação geral tem percorrido as ruas, praças e avenidas de Portugal inteiro. Os trabalhadores, os reformados e pensionistas, os jovens e os desempregados, a generalidade dos cidadãos, estão perante um retrocesso social e civilizacional que enfraquece e elimina direitos duramente alcançados pela luta histórica dos trabalhadores e do povo português e que corrói os alicerces do regime democrático alcançado com a Revolução de 25 de Abril. As políticas de direita protagonizadas pelos sucessivos Governos nos últimos 35 anos foram responsáveis pelo declínio e ruína dos sectores produtivos (indústria, agricultura, pescas), pela liquidação de sectores estratégicos da nossa industria, em grande parte devido à política de privatização que conduziu ao desmantelamento de grandes empresas, pela quebra da produção e do consumo, pela alienação de sectores estratégicos e esbanjamento de recursos públicos, para favorecer o capital económico e financeiro. A acção do actual Governo PSD/CDS prossegue e acentua gravemente as políticas de desastre, ditas de austeridade, seguindo a cartilha das forças do capi-

tal corporizada no “memorando” assinado com a tróica estrangeira (FMI, UE e BCE), um autêntico programa de agressão contra o povo e o país. As chamadas “reformas estruturais” deram lugar à transferência de dinheiros públicos para a Banca e o capital financeiro, ao mesmo tempo que agravaram os problemas do país, como a dívida e o défice público, numa espiral de recessão e destruição da economia nacional. A exploração desenfreada dos trabalhadores quer do sector privado quer do sector público e do sector empresarial do Estado, está patente na ofensiva para aumentar o tempo de trabalho (gratuito), cortar nos salários e nos subsídios de férias e de natal, desregular os horários de trabalho e introduzir o banco de horas e novas formas de adaptabilidade para fomentar o agravamento do desemprego e da precariedade dos vínculos laborais. As consequências para os trabalhadores e as suas famílias são brutais: empobrecimento generalizado; regressão drástica das condições de vida das classes e camadas populares; perda da qualidade e da esperança média de vida. O País está a afundar-se. O Governo PSD/CDS instituiu como política de Estado a recessão económica, o desemprego e o roubo aos trabalhadores, aos reformados e pensionistas.

É preciso que os trabalhadores e o povo acabem com esta política e este Governo, antes que este Governo e esta política acabem com o País.

Portugal não pode continuar subjugado a um Governo que assenta a sua opção de classe num programa de agressão aos trabalhadores e ao povo português, para satisfazer os interesses económicos e financeiros dos grandes grupos capitalistas.

Os trabalhadores e o povo não podem continuar subjugados a um Governo mentiroso que depois de arruinar a vida de milhares de famílias, se prepara agora para inscrever no orçamento de estado para 2013 mais medidas dirigidas ao roubo dos salários e ao agravamento da carga fiscal, tornando impossível a existência de uma vida minimamente digna para a generalidade dos que vivem e trabalham em Portugal, com particular brutalidade sobre os jovens, os desempregados, os reformados e pensionistas, assim como outros sectores da sociedade mais vulneráveis ao alastramento das situações de pobreza e exclusão social.

Os participantes nesta grandiosa Manifestação Nacional realizada no Terreiro do Paço, em Lisboa, contra o roubo dos salários e das pensões, contra a ruína das famílias, contra a destruição do país e por uma verda-



Felizardo Barradas

deira alternativa, afirmam a sua total disponibilidade para prosseguir e intensificar a luta, tendo como objectivo romper com a política de direita.

Nesse sentido:

- Saúdam todos os trabalhadores e trabalhadoras do Sector Privado, da Administração Pública e do Sector Empresarial do Estado que todos os dias nos locais de trabalho travam lutas vigorosas pela defesa dos direitos e exorta-os a prosseguir, com determinação e confiança no futuro, a luta contra o encerramento das empresas e a defesa dos postos de trabalho; pelo pagamento dos salários em atraso e a desregulamentação dos horários; pelo aumento dos salários e a defesa dos direitos laborais e dos serviços e funções sociais do Estado;

- Saúdam também, os jovens e desempregados, os reformados e pensionistas, todos os portugueses que, participando nas diversas acções de protesto realizadas em todo o país, evidenciam uma grande determinação em continuar a luta para acabar com este

Governo hostil que quer destruir as conquistas de Abril;

- Consideram que é imperioso aprofundar o esclarecimento e a mobilização em todos os locais de trabalho para travar as lutas necessárias a fim de derrotar o memorando da tróica e impedir a aprovação de mais medidas de austeridade que agravam os sacrifícios dos trabalhadores e das famílias e empurram o país cada vez mais para o abismo;

- Assumem o compromisso de concretizar o Dia Nacional de Luta, convocado para 1 de Outubro, data do 42.º Aniversário da CGTP-IN, como uma grandiosa acção descentralizada de iniciativas e lutas reivindicativas nos locais de trabalho, em articulação com iniciativas para o reforço da sindicalização e da organização sindical de base e dando expressão de rua ao objectivo: **Acabar com a Política de Direita. Pelos Salários, Emprego e Direitos;**

- Apela aos desempregados e outras camadas da população a participarem na Grande Marcha Contra o Desemprego – Trabalho com Direi-

tos, Portugal com Futuro, que percorrerá o País de 5 a 13 de Outubro;

- Expressam um grande empenhamento para intensificar e ampliar a luta necessária, a partir do reforço da unidade na acção de todos os trabalhadores nos locais de trabalho, pela resolução dos problemas concretos e melhoria das suas condições de vida e de trabalho;

- Assumem o compromisso de convergir com outros sectores e camadas da população, numa resposta ampla e poderosa que ponha termo à ofensiva do grande patronato, acabe de vez com a política de direita e abra caminho a uma efectiva alternativa de esquerda, rumo ao desenvolvimento económico, ao progresso social, à salvaguarda dos interesses dos trabalhadores e do povo português, no quadro do regime democrático e das conquistas de Abril e na necessária afirmação da soberania nacional. ■

Lisboa, 29 de Setembro de 2012

RESOLUÇÃO do Conselho Nacional da CGTP-IN*

- **Contra a exploração e o empobrecimento**
- **Mudar de política**
- **Por um Portugal com futuro**



Foto: Felizarda Barradas

Greve Geral 14 de novembro 2012



Fotos: Felizarda Barradas

Portugal não pode continuar subjugado a um Governo que, assumindo a sua natureza de classe ao serviço do grande capital, assenta a sua governação no agravamento dos sacrifícios impostos aos trabalhadores e ao povo português, para satisfazer os interesses privados dos grupos económicos e financeiros.

A exploração desenfreada dos trabalhadores, quer do sector privado quer do público e empresarial do Estado, está patente na ofensiva para aumentar o tempo de trabalho (gratuito), cortar nos salários e nos subsídios de férias e de natal, desregular os horários de trabalho e introduzir o banco de horas e novas formas de adaptabilidade para fomentar o agravamento do desemprego e da precariedade dos vínculos laborais. As consequências para os trabalhadores e as suas famílias são brutais: empobrecimento generaliza-

do; regressão drástica das condições de vida dos portugueses; perda da qualidade e da esperança média de vida.

Os trabalhadores e o povo não estão subjugados a um Governo mentiroso que, depois de arruinar a vida de milhares de famílias, já anunciou hoje que vai inscrever no Orçamento de Estado para 2013 mais medidas dirigidas ao roubo nos salários e ao agravamento da carga fiscal para os trabalhadores, os reformados e pensionistas e as famílias em geral, tornando impossível a existência de uma vida minimamente digna para a generalidade dos que vivem e trabalham em Portugal.

Nesse sentido, o Conselho Nacional da CGTP-IN, reunido em 3 de Outubro decide:

• **Desenvolver uma forte acção de valorização das lutas que têm sido realizadas**, em simultâneo com a promoção da unidade na acção de todos os trabalhadores, a partir dos locais de trabalho, pela resolução dos problemas

concretos e em convergência na luta geral contra a ofensiva do Governo do PSD-CDS e as posições retrógradas do grande patronato;

• **Convocar uma Greve Geral para o dia 14 de Novembro de 2012, Contra a Exploração e o Empobrecimento; Mudar de Política – Por um Portugal com Futuro.** O Conselho Nacional apela a todos os Sindicatos, aos trabalhadores e às trabalhadoras para que se associem a esta forma superior de luta, que é de todos e para todos, convergindo também com outros sectores da sociedade, de forma a abrir caminho a uma efectiva alternativa política, rumo ao desenvolvimento económico, ao progresso social, à salvaguarda dos interesses dos trabalhadores e do povo português, no quadro do regime democrático e das conquistas de Abril e na necessária afirmação da soberania nacional. ■

*Excertos



O 15 de SETEMBRO MUDOU ALGUMA COISA?

António Avelãs
Presidente da Direção do SPGL



O 15 de SETEMBRO (15S) deixou-nos a todos nós uma série de interrogações e de perplexidades. Mobilizou, de facto, (isto é, sem qualquer exagero quanto ao número de presentes, o que é raro nos números divulgados pelos promotores de manifestações) entre 500 mil e um milhão de cidadãos. Mais: fê-lo sem organização de transportes: os manifestantes ficaram nas suas cidades – cidades houve onde nunca se tinha visto tanta gente junta. A desorganização mostrou-se plenamente eficiente – as pessoas não se juntaram por sindicatos, por partidos, bairros ou clubes: marchavam ao ritmo que queriam – por sinal bem acelerado – em direção à Praça de Espanha (no caso de Lisboa). Unia-os a raiva contra Passos Coelho, Vítor Gaspar, Miguel Relvas. Não raramente, esta raiva generalizava-se a todos os políticos: mafiosos e gatunos eram epítetos que podiam ser lidos em dezenas de pancartas – improvisadas, que eram raros os cartazes “profissionais” próprios das manifestações partidárias e sindicais. Unia-os a ideia – certamente não bem elaborada nem intelectualmente assumida – de que a submissão canina do governo do país à “troika” estava na base da destruição do seu direito básico a viverem a sua vida: “Que se lixe a troika, queremos a nossa vida” era o feliz lema da iniciativa. O 15S tornou-se pois numa gigantesca manifestação de intervenção cívica – onde a denúncia da política de submissão do país aos credores à custa dos direitos dos cidadãos mostrou a força política da “rua”. O poder da rua e do “povo” na vida política ganhou novo alento. Uma “rua” e um povo” suficientemente informes e indistintos para fazer tremer o governo, de tal modo que este terá muito provavelmente “morrido” nesse momento, mesmo que razões partidárias arrastem a sua agonia por mais uns tempos – esperemos que breves. Mas se este carácter informe e indistinto foi a principal (e radical) força do 15S, é também a sua principal fraqueza. Tornou clara a recusa popular – no sentido inequívoco do termo – desta política mas não deu qualquer indicação sobre as alternativas a construir – tarefa que aliás não era o objetivo. Ninguém se pode apropriar exclusivamente do sucesso desta iniciativa. Mas, pela força que demonstrou, tornou obrigatório que as organizações políticas definam políticas alternativas a este suicídio do país a que a tropa neoliberal de Passos Coelho nos está conduzindo. O 15S tornou inevitável a alternativa. Pertencerá a iniciativa a uma outra direita ou às forças de esquerda? E a que forças de esquerda? ■



Foto: Felizarda Barradas



Felizarda Barradas

Dia mundial do professor assinalado em Lisboa



Foto: Felizarda Barradas

O 5 de outubro, dia mundial do professor, foi assinalado, em Lisboa, com uma sessão solene, na Escola Secundária de Camões, presidida por João Cunha Serra, presidente do Conselho Nacional da FENPROF.

Nesta sessão, foi divulgado o nome do premiado no concurso de poesia "António Gedeão" – Ana Luísa Amaral – tendo estado presente Paulo Sucena presidente do júri do concurso. A iniciativa, da responsabilidade da FENPROF, foi patrocinada pela corretora de Seguros SECRE com a qual trabalham os sindicatos da FENPROF.

Foram igualmente divulgados os vencedores do prémio de desenho e pintura subordinado ao tema "Os professores vistos pelas crianças", iniciativa conjunta da FENPROF e CAFÉS DELTA, através da qual se sugeriu às escolas que criassem desenhos alusivos ao papel e importância do professor,



parte dos quais serão impressos nos pacotes de açúcar distribuídos por aquela empresa. O conjunto destes trabalhos esteve exposto no auditório durante a sessão.

Realizaram intervenções Paulo Sucena, Mário Nogueira e os representantes das empresas associadas a estas inicia-



tivas da FENPROF.

Uma iniciativa que, como sublinha António Avelãs no site do SPGL, é também uma das múltiplas formas de defesa da justa imagem social dos professores, que diferentes estudos colocam entre as profissões mais valorizadas pelos portugueses. ■

SOBRE O DIA MUNDIAL DO PROFESSOR:

O combate pela imagem social

António Avelãs

Presidente da Direção do SPGL

É fácil encontrar discursos laudatórios sobre os professores e educadores. Sempre que convém sublinha-se a sua importância social, a sua relevância na construção do futuro, o seu espírito de dedicação. A própria FENPROF acentua este vetor com a bem lançada campanha “Damos rosto ao futuro”. Por vezes – igualmente quando convém – há quem os ataque, mesmo com acusações duvidosas ou manifestamente falsas – a medalha de ouro neste campo ficará por muitos anos na posse de Maria de Lurdes Rodrigues e Valter Lemos que procuraram afanosamente degradar a imagem dos professores e da sua profissão em troca do apoio da “população” às suas medidas contra a carreira docente. (Deve em abono da verdade dizer-se que, além da quase destruição do ECD, o mais que conseguiram foi abrir a porta à vitória eleitoral do PSD, mas isso são outras conversas.). Nos tempos que correm – tempos dramaticamente tristes e melancólicos – ainda aparece, aqui e ali, a conceção missionária da docência exigindo aos professores e educadores um esforço suplementar, um trabalho não pago em nome do interesse dos alunos ou mesmo, do bom nome da escola... Mas o conceito correto – o da docência como uma profissão – veio, felizmente, para ficar. Só o assumir

claramente a docência como uma profissão, regulada por instrumentos legais coletivos (o ECD no ensino público, o Contrato Coletivo no particular e cooperativo) dignifica a profissão. O missionarismo doentio, o voluntariado ou tempos de trabalho não pago – orientações que, mesmo não explicitamente atravessam,

por exemplo, muitas IPSS – funcionam, pelo contrário, como diminuindo o prestígio social da docência.

O 5 de outubro como Dia Internacional do Professor - data lançada pela Internacional da Educação - só muito recentemente ganhou “visibilidade” em Portugal, fruto do trabalho dos sindicatos da FENPROF. Ganhou força quando, reagindo de imediato às primeiras ações terroristas de Maria de Lurdes Rodrigues, cerca de 20000 professores e educadores fizeram a primeira das grandes manifestações do período 2006-2008, precisamente em 5 de outubro de 2006. A partir daí, assumindo formas diferentes, tem vindo a ser sempre comemorado pelos docentes, terminando de vez com a patética ideia de considerar como Dia do Professor o dia de Nossa Senhora das Candeias...

Todos os estudos sobre a imagem social das profissões colocam os professores entre as profissões mais valorizadas e acarinhadas pelos portugueses. Há de

facto uma perceção muito clara do empenho, da dedicação e do profissionalismo da classe docente, traduzida também na imagem positiva e carinhosa que boa parte dos alunos têm dos seus professores e educadores. A defesa desta justa imagem faz-se por vias diversas. Faz-se pela luta firme na defesa e alargamento dos direitos laborais – que correta é a consigna recentemente lançada “quando luto, também estou a ensinar”! Faz-se pelo exercício público e assumido do dever de cidadania, denunciando os ataques à escola pública e buscando caminhos alternativos que nos permitam sair da profunda crise que atravessamos; mas faz-se também, por exemplo, com a publicitação dos desenhos feitos pelos alunos em torno da imagem que têm dos professores, campanha conjunta da FENPROF e CAFÉS DELTA, desenhos que estarão em exposição no Espaço António Borges Coelho – na sede do SPGL- entre 6 e 23 de novembro próximos. ■

SPGL comemora dia internacional do professor no Barreiro



Fotos: SPGL

A delegação do Barreiro do SPGL associou-se às comemorações do Dia Internacional do Professor com um conjunto de iniciativas que decorreram no dia 6 de outubro na Biblioteca Municipal do Barreiro. Foram projetados o filme “Granito de arena” – sobre as lutas dos professores e educadores no México – e o documentário “30 anos do SPGL” feito aquando do último congresso do sindicato. Os filmes foram comentados por Paulo Sucena e António Avelãs. No mesmo espaço foram inauguradas duas exposições. Uma sobre “A Escola antes do 25 de Abril” e outra, designada “O meu professor”, com trabalhos de alunos da EB1/JI Teilha Nova 1.

Esta iniciativa teve a colaboração do cine-clubes do Barreiro. ■

Desemprego dos professores justifica ação de protesto

“Professores em luta”, era a palavra de ordem inscrita nas bandeiras que se agitavam na iniciativa que teve lugar frente à escola secundária José Gomes Ferreira, com que o SPGL marcou um primeiro momento de protesto, num ano escolar que se inicia sob o signo do desemprego e da degradação das condições de ensino nas escolas. “Esta não é a abertura do ano letivo que os professores, os pais e os alunos gostariam de ter”, sublinhou António Avelãs, lembrando que “não há professores a mais, o que há é escola a menos”.



Esta luta – como vários oradores destacaram – inscreve-se na luta mais geral contra as políticas do governo+troika. O protesto, que juntou várias dezenas de professores, deu voz – com microfone aberto – a quem quis falar de questões mais gerais ou específicas. Todas elas importantes.

Antes do mais as questões globais: o aumento do número de alunos por turma, uma enorme diminuição de professores colocados, alterações curriculares que “diminuíram aquilo que os futuros cidadãos portugueses vão aprender ao longo da sua escolaridade obrigatória”. Mas também diversas questões específicas.

Como as situações de desemprego, que não se devem apenas à redução do número de turmas mas a claras violações das regras nas contratações de escola, ignorando-se nomeadamente a graduação profissional.

Ou a oportuna desmontagem das justificações dadas pelo ministro Nuno Crato para o despedimento de tantos profes-



sores, que teria como causa a redução do número de alunos (falava-se de 200 mil alunos nos últimos 3 anos). Uma mentira agora assinalada pela própria OCDE, que afirma que o número de alunos tem tendência para crescer e que, nos últimos 5 anos, o número de alunos na escola pública tem vindo a aumentar.

Foi ainda denunciado o facto de muitos agrupamentos estarem a iniciar o ano letivo sem condições para o fazer, apesar de terem pedido autorização para o adiarem, porque existem muitos lugares de professores por preencher. A

resposta aos seus pedidos foi o silêncio. “Os pais precisam de saber que os filhos vão para a escola e que não vão ter a grande maioria das aulas”. Entretanto, foram colocados apenas 50% dos professores que tinham sido colocados na mesma altura, o ano passado. São estes professores “que fazem falta à escola”. A iniciativa do SPGL terminou com uma intervenção do seu presidente, António Avelãs. ■

Esta não é a abertura do ano letivo que gostaríamos de ter

António Avelãs

Presidente da Direção do SPGL

Esta não é a abertura do ano letivo que os professores, os pais e os alunos gostariam de ter. Aos professores e educadores revolta-os a muitos um desemprego angustiante, a outros a degradação das condições de trabalho traduzida em horários que cuja carga letiva foi aumentada roubando tempo ao essencial da sua tarefa pedagógica e sobretudo o aumento de alunos por turma, ideia contrariada por todos os especialistas em educação, imposta porém por uma equipa governativa cujo objetivo primeiro é diminuir o investimento na educação, nomeadamente na escola pública. Turmas com 30 e mais alunos deixarão de certeza muito preocupados todos os pais e encarregados de educação e os próprios estudantes porque necessariamente se traduzirão em menos qualidade das aprendizagens, tornando cada vez mais impossível o princípio de um ensino centrado no aluno, inviabilizando o apoio aos alunos com maiores dificuldades, em suma, piorando a qualidade das nossas escolas. É um absurdo que se reduza drasticamente o número de professores, lançados no desemprego, e simultaneamente, se aumente para números incomportáveis o número de alunos em muitas turmas das nossas escolas. Temos razão quando afirmamos que não há professores a mais, mas sim escola a menos!

Este ano letivo abre também sob a amea-

ça de um empobrecimento global do nosso ensino público: empobrecimento não apenas na falta de verbas para necessidades inadiáveis, nas quais se deve incluir o apoio a alunos carenciados, cujo número a atual política económica vai fazendo crescer, mas também, num outro sentido, uma escola sujeita a um empobrecimento curricular e pedagógico, fruto de alterações curriculares não seriamente fundamentadas e ideologicamente conservadoras, cujo efeito imediato foi lançar professores no desemprego.

Paira também sobre a nossa escola pública a ameaça de uma ainda maior elitização e discriminação social que poderá ser introduzida com a ideia já anunciada de empurrar alunos logo nos primeiros anos de escolaridade para as chamadas vias vocacionais, entendidas não como uma escolha livre mas como um castigo, não como uma forma de sucesso mas sim como forma de exclusão – exclusão que todos os estudos sustentam ser estritamente uma exclusão social.

Permitam-me uma breve referência ao que se está a passar no ensino particular e cooperativo. Também aí se acentua o desemprego de professores e educadores e em algumas escolas, nomeadamente nos estabelecimentos privados com contrato de associação, totalmente subsidiados pelo Estado, como, por exemplo, os do grupo GPS. Assistimos a chantagens vergonhosas no sentido de obrigar a que os professores aceitem trabalhar mais horas do que as que lhe são pagas, violando claramente o contrato coletivo e ameaçando com o desemprego e com a atribuição de horários incompletos aos que não se



vergam a estas imposições ditatoriais – é a isto que conduzem as alterações que a maioria parlamentar impôs no código de trabalho!

Refram-se também as dificuldades dos estudantes do ensino superior, sujeitos a propinas que uma recentíssima publicação da OCDE coloca entre as mais elevadas da Europa, com escassíssimos meios de apoio, fazendo crescer o número de estudantes obrigados a abandonar as instituições.

É perante este estado de coisas que se impõe um sobressalto cívico e dinâmico dos que consideram a existência de uma escola pública de qualidade para todos como um imperativo de justiça social e fundamento para o desenvolvimento do país. Dêmos pois força a um projeto que numa luta conjunta os pais, os professores e educadores, os estudantes, as autarquias, todos os que queiram, numa luta pela defesa da Escola Pública, rejeitando inequivocamente o projeto ideológico deste governo, que consiste na criação de uma escola pública de baixa qualidade para a maioria dos jovens, a par com uma outra, restrita e de qualidade, destinada a uma elite económica.

A unidade de todos os democratas derrotará os projetos iníquos que enegrecem a abertura deste ano letivo. Vamos a isso! ■

Desemprego



Uma delegação de dirigentes e delegados sindicais do SPGL esteve no início do ano letivo, a 3 de setembro, com os professores enviados para o desemprego pela política deste governo que alterou os currículos, aumentou o número de alunos por turma, criou mega-agrupamentos e encerrou escolas com esse único e exclusivo objetivo.

Frente à Loja do Cidadão, nas Laranjeiras, em Lisboa, o SPGL e a FENPROF denunciaram a situação e apelaram à luta dos professores desempregados por uma Escola que necessita deles para ser de qualidade. ■

É preciso denunciar ameaças e ilegalidades

Departamento do Ensino Particular e Cooperativo

Desde o início do presente ano letivo têm chegado ao SPGL várias denúncias respeitantes à organização e duração do horário letivo semanal dos docentes dos 2º e 3º ciclos do ensino básico e do ensino secundário que exercem funções em estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo com contrato de associação, nomeadamente os que pertencem ao grupo G.P.S..

Os docentes estão a ser pressionados para assinarem declarações de aceitação de horários de 20 horas letivas semanais, em que cada tempo letivo tem a duração de 60m, daí resultando um cômputo total de 1200 minutos, representando tal situação um acréscimo de 100 minutos semanais letivos, o que perfaz um total de 24 horas letivas.

Nesta medida, a organização dos horários apresentados conduzirá, inevitavelmente, ao cumprimento de um horário letivo superior ao quadro legal aplicável (CCT do EPC e Despacho Normativo nº 13-A/1012), sem que subsista o pagamento de trabalho suplementar porquanto o empregador referencia o pagamento de apenas 22 horas letivas semanais, o que é uma manifesta violação dos princípios gerais de direito laboral.

Caso os docentes não assinem a referida declaração de aceitação, estes são alvo de ameaças de despedimento e de passagem de horário completo para horário a tempo parcial.

É de realçar que esta situação é tanto mais grave quanto o facto de ter sido

assinado um protocolo entre o MEC e a AEEP no passado dia 3 de agosto para o ano letivo em curso, que mantém o mesmo financiamento do Estado do ano letivo anterior (85,288,00€/turma) para estes estabelecimentos, abrindo ainda, a possibilidade de um reforço financeiro de 4% sobre o valor definido por turma quando apresentem uma média de tempo de serviço do seu corpo docente superior a 16 anos.

Importa ainda salientar que o mesmo protocolo prevê, designadamente na gestão do currículo, a referência sempre a tempos letivos de 45 minutos.

Fartos de ameaças e de serem alvo das maiores atrocidades pelos diretores dos diversos colégios pertencentes ao Grupo G.P.S., alguns docentes denunciaram corajosamente as ilegalidades de que têm sido vítimas, alguns deles “dando mesmo a cara”, numa reportagem da TVI no Jornal das 8 do passado dia 20 de setembro, a qual se encontra disponível no site da FENPROF.

Finalmente, no que respeita à ação sindical e na defesa dos direitos dos associados do SPGL, já foram comunicadas no âmbito da FENPROF todas as ocorrências às entidades administrativas competentes para a fiscalização das matérias em causa, nomeadamente Inspeção Geral de Educação, ACT (Autoridade para as Condições de Trabalho) e Ministro da Educação com um pedido urgente de reunião.

O SPGL acredita que, neste momento, estão reunidas as condições para que destas denúncias resulte um processo mais amplo e profundo de averiguações e revelações sobre o modo como são utilizados os dinheiros públicos e sobre situações que põem em causa a própria dignidade dos docentes. ■

Departamento de
Professores e Educadores
Aposentados

Dia 19 de setembro na Assembleia da República

Uma delegação da Inter-Reformados/CGTP-IN foi entregar nesse dia na Assembleia da República a nossa PETIÇÃO:

- **Contra as injustiças**
- **Pelo aumento de todas as pensões mínimas**
- **Manter o poder de compra de todas as outras pensões**

Mais uma vez a Direção Nacional da Inter-Reformados/CGTP-IN manifestou junto dos partidos políticos representados na AR o seu veemente repúdio pelas medidas que têm vindo a ser tomadas pelo Governo do PSD/CDS, que atingem brutalmente os Reformados, Aposentados e Pensionistas nos seus direitos e aspirações a viver dignamente, pretendendo substituir direitos por assistencialismo.

No “ANO EUROPEU DO ENVELHECIMENTO ATIVO” voltámos a fazer ouvir o nosso PROTESTO CONTRA ESTA POLÍTICA de “ROUBO” e INJUSTIÇA de que estamos a ser vítimas:

- Congelamento das pensões desde 2010.
- O roubo nos subsídios de férias e de Natal em 2012 e anos seguintes.
- Agravamento da taxa de IRS.
- Aumento das taxas do IVA em bens essenciais como alimentação, eletricidade e gás.
- Aumento das tarifas dos transportes públicos (entre 5,5% e 21,3%) e supressão de carreiras.
- Corte do desconto de 50% nos Pas-

ses Sociais aos reformados com mais de 65 anos.

- Aumento para mais do dobro das taxas moderadoras do S.N.S e encerramento de serviços de proximidade.
- Ataque à Segurança Social.

Exigimos:

- aumento mínimo de 25€ para as pensões mínimas.
- aumento mínimo de 5% para as restantes pensões.

Trabalhámos e descontámos longos anos das nossas vidas para termos uma velhice tranquila e digna. Não podemos aceitar como inevitável o nosso empobrecimento! ■

Plenário Professores e Educadores Aposentados

CONVOCATÓRIA
24 de outubro
14.30h
Sede do SPGL

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Informações
- 2 - Eleição da Comissão Coordenadora do Departamento de Professores e Educadores aposentados para o próximo triénio.
- 3 - Apresentação e discussão das propostas do governo, no Orçamento de Estado para 2013, que afetarão os aposentados/reformados.
- 4 - Apresentação do resultado da votação e apresentação da Comissão Coordenadora do Departamento para o triénio 2012-2015.

Nota: na apresentação e discussão do ponto 2 estará presente o Dr. Carvalho da Silva

O Coordenador do Departamento
Bráulio Martins



No passado dia 21 de setembro uma delegação, da qual fez parte o presidente do SPGL, António Avelãs, entregou na assembleia da República uma petição com 15431 assinaturas exigindo a devolução dos subsídios de férias e de natal retirados aos funcionários públicos e pensionistas no ano de 2012. A petição seguirá os trâmites usuais e terá de ser discutida pelos deputados. ■



A Marcha Mundial das Mulheres escolheu o lema – A dívida dos governos é com as mulheres, não com os bancos – para uma campanha europeia cujo objectivo é visibilizar o impacto da crise na vida das mulheres, inspirando-as e mobilizando-as para lutarem contra as políticas neoliberais. A campanha foi lançada no passado dia 4 de Outubro, no Largo de S. Domingos em Lisboa, em simultâneo em diversos países e cidades da Europa e vai desenvolver-se até ao dia 8 de Março de 2013. Na ocasião do lança-

mento da campanha, foi distribuído um folheto onde se podia ler: “Todos os dias ouvimos falar na crise e todos os dias a sentimos nas nossas vidas, nas nossas casas. A propósito da crise já nos mandaram emigrar, já nos chamaram piegas, já disseram que temos vivido acima das nossas possibilidades, já disseram que não queremos trabalho queremos é emprego, já disseram que éramos cigarras... BASTA!

As mulheres, muitas vezes invisíveis, têm lutado para sair da invisibilidade e contra esse papel subalterno do regresso ao lar, para mais uma vez desempenharem tarefas do cuidar, porque o Estado se quer libertar de tal responsabilidade. A esses intentos as mulheres dizem BASTA!

Esta crise criada pelo mundo da finança e aplicada pelos governos a seu mando espalha-se em Portugal e nos países do sul da Europa e os discursos que cá ouvimos são os mesmos que os povos de Espanha, de Itália, da Grécia ouvem todos os dias.

As respostas a estes discursos e a estas políticas suicidas têm que passar pelos povos, pelos milhões de mulheres e homens que vivem diariamente esta crise e que não vislumbram futuro”. A classe docente, maioritariamente feminina, conhece esta realidade: a instabilidade, a precariedade, o desemprego massivo de muitos milhares de professoras e professores contratados. Quando a escola tanto precisa de profissionais para cumprir a sua missão, o governo fecha-lhes a porta, desperdiçando recursos, saberes e competências, hipotecando assim o futuro do país.

Esta campanha europeia, esta luta diz-lhes também respeito e daí o apelo para que se juntem e façam ouvir as vossas vozes, participando não só nas acções futuras já marcadas para 17 de Outubro, 10 de Dezembro e 8 de Março, mas que organizem outras iniciativas próprias. ■

www.femmeseneurope.eu
<http://mulherescontraausteridade.blogspot.pt>
mmmulherespt@gmail.com

Educar para o Espaço e para a Arquitetura

Lucinda Correia . Arquiteta/Formadora
José Mateus . Arquiteto/Ator

O Serviço Educativo EME [Edifício-Manifesto Educativo] nasceu do projeto Edifício-Manifesto, uma obra de reabilitação de um edifício camarário, situado na Mouraria, da autoria do atelier de arquitetura **Artéria** e resultou da parceria entre o José Mateus, ator e arquiteto, da **Gato que Ladra** e a arquiteta Lucinda Correia, do atelier **Artéria**. Juntos construíram este projeto educativo experimental em parceria com a Escola EB1 da Madalena, situada em Lisboa, na freguesia de S. Cristóvão - S. Lourenço, durante o ano letivo de 2011/2012.

O Edifício-Manifesto proclama um modelo de reabilitação participada de um edifício, a custos controlados, capitalizando os recursos existentes, humanos e materiais, cujo promotor é a Associação Renovar a Mouraria. O Manifesto é a Obra! – preconiza a urgência e a vontade de agir sobre os edifícios banais esquecidos que envelhecem, embora sejam recursos existentes poderosos para os quais devemos olhar com atenção e cuidar. Pretende provar também que reabilitar não é necessariamente mais caro do que construir de novo, sendo nalguns casos mais barato do que demolir, mantendo apenas as fachadas. O programa funcional da futura Casa Comunitária da Mouraria foi construído em parceria com a Renovar a Mouraria, sendo que este equipamento terá uma cafetaria e uma galeria, no piso térreo e um estúdio e uma sala para oficinas, no piso um. Este Manifesto pela reabilitação urbana procurou envolver a sociedade civil no processo da obra e nesse sentido foi concebido o EME.

A **Artéria** e a **Gato que Ladra** defendem a importância da educação para o Espaço e para a Arquitetura, considerando-a fundamental para a formação de um cidadão, tal como a educação para a Literacia, a Matemática ou a Música, tendo três grandes objetivos: estimular o respeito pelo património edificado, cultivando um olhar

atento sobre a vida e a história da cidade; criar uma população informada e crítica, que exija melhor resposta da arquitetura e do urbanismo; trabalhar a leitura espacial e a capacidade de abstração.

Sustentado nestes pressupostos, o EME teve como objetivo específico trabalhar as relações entre a Arquitetura e outras áreas artísticas (teatro, dança, ilustração e fotografia) a partir da obra de reabilitação em curso. Durante sete meses, uma equipa transdisciplinar levou as crianças a participar ativamente no processo de transformação do edifício, cedido pela Renovar a Mouraria. As oficinas tiveram lugar na escola, no Edifício-Manifesto e pelo bairro da Mouraria. Trabalhou-se com o corpo e com os sentidos para a apreensão do espaço e construíram-se relações entre a escola, as casas dos alunos, o bairro e a cidade. Partimos do mapa da Mouraria, como representação abstrata do bairro fazendo-a corresponder ao território real que é por eles percorrido diariamente. Através daquele apontaram-se os cheios e os vazios, identificou-se o castelo, a escola, as ruas e as casas deles, levando-os a reconhecer o seu território quotidiano na representação técnica do mapa. Pela toponímia, aproximaram-se de ruas, largos e vilas do bairro. Tentaram imaginar o que os nomes lhes sugeriam, criando a sua própria sinalética como símbolo desses lugares. Utilizaram os azulejos das fachadas, como referências gráficas, a partir das quais nasceram novas formas e composições abstratas, com as quais foi construída uma biblioteca de símbolos do e para o bairro.

Trabalharam-se os afetos pelo edifício e pelo bairro, ambos em transformação, acreditando que estes permitem construir e reforçar as relações com o espaço envolvente. Nesse sentido, fizeram-se exercícios onde se ensaiaram os usos e os futuros possíveis para o Edifício-Manifesto. Desenvolveu-se a noção de pertença com as crianças, através da representação de plantas e cortes funcionais. Fizeram-se incursões fotográficas pelo bairro, imaginaram-se sapatos especiais para percorrê-lo, escreveram-se narrativas sem palavras e através de pedaços da cidade mimetizados



no corpo, exploraram-se conceitos arquitetónicos elementares.

Construímos um Serviço Educativo *site-specific* a partir da área disciplinar da Arquitetura cruzando-a com outras disciplinas artísticas. Rodeámos, circundámos, envolvemos e abraçámos o bairro da Mouraria, sensibilizando os alunos para a importância de cuidar do seu bairro, da cidade e do património construído. O projeto final, resultante da síntese de todas as experiências plásticas e sensitivas que ocorreram durante o ano, foi um percurso performático pelas ruas da Mouraria, onde os alunos apresentaram o Edifício-Manifesto à população.

A resposta dos professores ao EME foi muito positiva (*E.I. n.º 253*). Descreveram os exercícios desenvolvidos como importantes para o entusiasmo e empenho dos alunos nas atividades curriculares, representando uma mais-valia pela transversalidade dos seus objetivos. Numa escola onde se falam diferentes línguas nas salas de aula, o EME estabeleceu uma ponte interessante para a apreensão dos conteúdos programáticos. ■

Coordenação: Espaço e Arquitetura,
José Mateus [arquiteto/ator] e **Lucinda Correia** [arquiteta/formadora].

Mediadores convidados: Teatro/Voz, **Pedro Barbeitos** e **Rute Rocha** [atores/pedagogos/encenadores]; Corpo/Movimento/Dança, **Yola Pinto** [arquiteta/bailarina/coreógrafa/pedagoga/encenadora]; Psicologia, **Susana Alves** [psicóloga/pedagoga/mediadora]; Pintura/Escultura, **Joana Ratão** [artista plástica/mediadora]; Ilustração, **João Concha** [arquiteto/ilustrador]; Fotografia, **Carla Duarte** [arquiteta/fotógrafa].

www.arteria.pt | www.gatoqueladra.com | edificiomanifesto.wordpress.com

Organização

Serviços

Protocolos

Cultura

Consultório Jurídico

Aos SÓCÍOS

Contacte-nos



SPGL
SINDICATO DOS PROFESSORES
DA GRANDE LISBOA

Sede Rua Fialho de Almeida, 3,
1070-128 Lisboa
•Tel: 213819100
•Fax: 213819199
•spgl@spgl.pt
•Direcção: direccao@spgl.pt
•www.spgl.pt

Serviço de Apoio a Sócios
•TEL: 21 381 9192
•apoiiosocios@spgl.pt

Serviço de Contencioso
•TEL: 21 381 9127
•contencioso@spgl.pt

Serviços Médicos
•TEL: 21 381 9109
•servmedicos@spgl.pt

Serviços (seguros, viagens, etc.)
•TEL: 21 381 9100
•servicos@spgl.pt

Centro de Documentação
•TEL: 21 381 9119
•fenprof@fenprof.pt

Direcção Regional de Lisboa
•Parede
Trav. Rocha Martins, F - L,
2775-276 Parede
Tel: 214563158 Fax: 214563157
E-Mail: parede@uniaolisboa-cgtp.pt

Direcção Regional do Oeste
•Caldas da Rainha
Av. Engº Luís Paiva e Sousa, 4 B
2500-329 Caldas da Rainha
Tel: 262841065 Fax: 262844240
E-Mail: caldasrainha@spgl.pt
•Torres Vedras
Bº Vila Morena, Ed. Sol Jardim,
Lj 3 - 2º piso, Bl. 2
2560-619 Torres Vedras
Tel: 261311634 Fax: 261314906
E-Mail: torresvedras@spgl.pt

Direcção Regional de Santarém

•Abrantes
Rua S. Domingos - Ed. S. Domin-
gos, 3º B 2200-397 Abrantes
Tel: 241365170 Fax: 241366493
E-Mail: abrantes@spgl.pt
•Santarém
Rua Vasco da Gama, 16 J - 1º Esq.
2000-232 Santarém
Tel: 243305790 Fax: 24333627
E-Mail: santarem@spgl.pt
•Tomar
Rua Coronel Garcês Teixeira, 14-A
2300-460 Tomar
Tel: 249316196 Fax: 249322656
E-Mail: tomar@spgl.pt
•Torres Novas
R. Padre Diamantino Martins,
lote 4-Loja A
2350-569 Torres Novas
Tel: 249820734 Fax: 249824290
E-Mail: torresnovas@spgl.pt

Direcção Regional de Setúbal

•Setúbal
Rua Dr. Alves da Fonseca, 5 - 2º
2900-218 Setúbal
Tel: 265228778 Fax: 265525935
E-Mail: setubal@spgl.pt
•Barreiro
Rua Marquês de Pombal, 40 - r/c
2830-336 Barreiro
Tel: 212079368 Fax: 212079368
E-Mail: barreiro@spgl.pt
•Almada
R. D. Álvaro Abranches da Câmara,
nº 42A
2800-015 Almada
Tel: 212761813 Fax: 212722865
E-Mail: almada@spgl.pt

CAMPANHA DE SINDICALIZAÇÃO



Uma delegação do SPGL presidida por António Avelãs, uma técnica de apoio jurídico e vários dirigentes das zonas, tem vindo a visitar escolas no âmbito da campanha de sindicalização. Aí permanecem durante todo o dia, dialogam com os docentes, tiram dúvidas de natureza jurídica e apelam à sindicalização. Ideias força desta campanha: Sindicalizado mais seguro / mais forte / solidário.

A 2 de outubro estiveram no **Agrupamento de Escolas Padre Abílio Mendes**, a 4 na **Secundária Romeu Correia** e a 9 na **Secundária Madeira Torres** sempre com resultados muito positivos.

Estas são iniciativas que irão continuar ao longo de todo o ano letivo.

Se tiver condições na sua escola ou agrupamento para uma iniciativa deste tipo não hesite - contacte-nos e lá estaremos numa data próxima. ■

Departamento de Professores e Educadores Aposentados

Curso de Iniciação à Informática

1 – OBJETIVOS

1.1 - OBJETIVOS GERAIS

- Os objetivos desta ação de formação vêm ao encontro da necessidade de uma alfabetização Informática, inclusão tecnológica e social da faixa etária adulta/avançada.
- Proporcionar aos participantes um curso de informática que desmistifique o computador como máquina complexa, apresentando-o como ferramenta facilitadora, objeto de lazer, comunicação e aproximação social;
- Desenvolver competências de manuseamento do computador contemplando software de formatação de texto (Word2003), browsers de internet (internet Explorer 7), e-mail (Gmail),

1.2 - OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Na ótica do utilizador, o formando deverá:
- Identificar genericamente as componentes de um computador e o seu sistema operativo;
 - Diferenciar programas e documentos;
 - Reconhecer e aplicar as potencialidades fundamentais dos softwares Word, Internet Explorer e Gmail;

2 - DESTINATÁRIOS:

Esta formação destina-se a Docentes aposentados ou no ativo, sem ou com pouco domínio na área da informática.

3 – DURAÇÃO – 24h

A ação decorrerá ao longo de 8 sessões, cada uma das sessões de 3h, perfazendo um total de 24h de formação, às segundas e quartas feiras.

4 - ORGANIZAÇÃO:

4.1 – LOCAL

A formação ocorrerá na Sala de Formação do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, utilizando computadores do SPGL- R. Fialho de Almeida 3, Lisboa.

4.2 – DATAS

Decorrerá do dia 5 ao dia 28 de novembro, novembro - 5,7,12,14,19,21,26,28

4.3 - HORÁRIO

Das 14h30 às 17h30

5 - CUSTOS

Sócios - 20€ e Não sócios - 80€

6 – INSCRIÇÕES ATÉ 30 de outubro

(limite 18 formandos). A admissão será feita segundo a ordem de inscrição (dia de entrada no SPGL da ficha de inscrição junta ao respetivo pagamento)

SPGL - Departamento de Professores e Educadores Aposentados Ficha de Inscrição CURSO DE INICIAÇÃO À INFORMÁTICA

Nome: _____

NºSócio: _____ Morada: _____

Tel: _____ Telem _____ Email: _____

Pagamento da inscrição: Cheque nº _____ Do Banco _____

No valor de _____ € cheque deverá ser endossado ao SPGL

Nota 1: Esta ficha de inscrição, acompanhada do respetivo cheque, deverá ser enviada (ou entregue) até 30 de outubro para a sede do SPGL. (Rua Fialho de Almeida, nº 3 – 1070-128 Lisboa) ao cuidado do Departamento de Professores Aposentados do SPGL.

Nota 2: Para a frequência do curso apenas serão informados os professores selecionados.

Nota 3: Informações - Comissão de Aposentados – Maria Margarida tel. 936362412

Medicina Dentária

Um novo serviço no SPGL



Caros Associados:

É com enorme prazer que anuncio a abertura do serviço de Medicina Dentária nos serviços médicos do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa. A colaboração com a Direção do Sindicato e com a Direção Clínica permite, a partir de agora, proporcionar a todos os sócios tratamentos de elevada qualidade, com uma tabela de valores própria bastante favorável aos pacientes e associados.

Ao longo das sucessivas edições que irão compor esta rubrica irei, em conjunto com outros colegas, dar a conhecer o mundo da medicina dentária a começar pelas suas várias especialidades.

Longe vão os tempos em que civilização humana utilizava os dentes de animais envoltos em tiras de cobre para substituir peças dentárias. À semelhança de outras áreas da medicina houve nas últimas décadas uma evolução substancial na medicina dentária, de tal modo que se criaram várias especialidades de forma a se poderem investigar e proporcionar novos tratamentos aos pacientes.

É neste sentido que gostaria de vos dar a conhecer um pouco deste vasto mundo que é a medicina dentária e as suas subespecialidades.

Em primeiro, a Medicina Dentária Preventiva que abrange todos os tratamentos relacionados com a prevenção de doenças orais, exemplos de alguns tratamentos são a destartarização (vulgarmente conhecida como limpeza dos dentes), ou os selantes de fissura que servem para proteger os dentes principalmente das crianças e adolescentes, ou algo tão simples como ensinar as técnicas de escovagem que permitam a

manutenção da saúde oral.

Em segundo, a Periodontologia que trata as patologias de todos os tecidos que envolvem os dentes, formados pelo osso, ligamento e gengiva. Resolve patologias como a periodontite (também conhecida como piorreia) na qual os dentes perdem o suporte à sua volta, ganham mobilidade e acabam por cair. Desenvolve técnicas cirúrgicas e não cirúrgicas para recuperar todas estas estruturas.

Em terceiro a Endodontia, trata de todos os problemas das estruturas internas do dente, a mais comum, quando a polpa (normalmente chamado de nervo do dente) atinge estados patológicos que podem levar à criação de abscessos dentários. O tratamento mais frequente é a endodontia ou desvitalização no qual todo o interior do dente é limpo e selado, afim de não permitir a entrada de bactérias.

Em quarto a Dentísteria, que é responsável pela restauração dos dentes, principalmente restaurações aplicadas diretamente no consultório. Representa grande parte dos tratamentos realizados. Usa materiais como a amálgama ou resinas, para estas reconstruções.

Em quinto a Cirurgia oral, responsável pela eliminação de patologias e suas causas com tratamentos tão variados que podem ir desde a extração de um simples dente, a cirurgia reconstrutiva dos maxilares.

Em sexto a Implantologia, uma das áreas mais em voga nos tempos modernos, permite a colocação nos maxilares de estruturas artificiais, os implantes, a fim de colocar dentes unitários, conjuntos de dentes, ou até mesmo fixar próteses totais na boca.

Em sétimo a Prótese Dentária, que tem a finalidade de substituir total ou parcialmente os dentes perdidos. Existem duas grandes áreas dentro desta especialidade: a removível, que realiza próteses que podem ser colocadas e retiradas da boca (mais conhecidas como placas), e as próteses fixas que podem ser realizadas sobre os próprios dentes, ou sobre raízes artificiais chamados implantes.

Em oitavo a Ortodontia, é a especialidade que detém o conhecimento e a forma de movimentar os dentes usando diversas técnicas e variados aparelhos que levam os dentes até à posição final desejada mediante um estudo prévio da boca.

Em nono a Oclusão, para muitos profissionais a mãe de todas as especialidades mas talvez a menos conhecida dos pacientes, ela visa um profundo equilíbrio entre todas as estruturas da boca, incluindo os músculos e articulações, como tal desde o tratamento mais simples, uma restauração, a uma reabilitação oral completa, deve tender para este equilíbrio, caso tal não aconteça poderemos desencadear uma disfunção. Muitos pacientes procuram esta especialidade, por problemas relacionados com as articulações da boca.

Apesar de muito resumido, espero ter dado a conhecer este mundo apaixonante da Medicina Dentária, uma ciência que há muito deixou a sua fase embrionária, e praticamente todos os dias nos apresenta novas soluções de tratamentos. Tudo isto está disponíveis para si, associado. Desejo vê-lo em breve.

Atenciosamente:
Dr. António Guilherme



Cartografias do tempo

“Cartografias do tempo” é a designação de uma exposição individual de pintura de *Teresa Dias Coelho* (licenciada em Pintura pela FBAUL), patente no Espaço António Borges Coelho, na sede do SPGL, até 1 de novembro.

No folheto de apresentação da exposição, Rita Gonzaga destaca “como o realismo pode ser tão projetivo e, por isso mesmo, tão subjetivo também”. E refere, em particular, a articulação forma e fundo. “Ver a forma e o fundo alternadamente remete-nos para sensações e referências diferentes. A forma são troncos e ramos de árvores no contraste com a luz (...) O fundo são ilhas, arquipélagos e continentes à deriva num jogo de continuidade e descontinuidade face a um possível padrão (...)”. ■



Os professores vistos pelos seus alunos

A FENPROF, em parceria com a *Delta Cafés*, promoveu um concurso de desenho e pintura, nas escolas, sobre a imagem que os alunos têm dos seus professores.

Os 12 trabalhos selecionados vão ser agora divulgados publicamente, através de uma coleção de pacotes de açúcar. Este conjunto de desenhos está em exposição no Espaço António Borges Coelho, entre 6 e 23 de novembro. ■

Legislação

• Dec-lei 139/2012, de 5/07

Estabelece os princípios orientadores da organização e gestão dos currículos, da avaliação dos conhecimentos e capacidades a adquirir e a desenvolver pelos alunos do ensino básico e secundário.

• Dec-lei 150/2012, de 12/07

Procede à 3ª alteração ao D.L. 4/98, que estabelece o regime de criação, organização e funcionamento de escolas e cursos profissionais no âmbito de escolas e cursos profissionais no âmbito do ensino não superior.

• Despacho 9509/2012, de 13/07

Reforço do crédito horário destinado à constituição de assessorias de apoio à direção dos agrupamentos.

• Portaria 216-A/2012, de 18/07

Define as regras a que deve obedecer o financiamento público dos cursos profissionais de nível secundário.

decer o financiamento público dos cursos profissionais de nível secundário.

• Dec-lei 176/2012, de 2/08

Regula o regime de matrícula e de frequência no âmbito da escolaridade obrigatória das crianças e jovens com idades compreendidas entre os 6 e os 18 anos e estabelece medidas que devem ser adotadas no âmbito dos percursos escolares dos alunos para prevenir o insucesso e abandono escolares.

• Desp. Normativo 19/2012, de 17/08

Estabelece os critérios para a aplicação do suprimento de avaliação através de ponderação curricular, bem como os procedimentos a que a mesma deve obedecer.

• Lei 33/2012, de 23/08

6ª alteração do Est. Ensino

Particular e Cooperativo aprovado pelo D.L. 553/80, 21 novembro.

• Lei 47/2012, 29/8

4ª alteração ao código do Trabalho, que estabelece o regime da escolaridade obrigatória para as crianças e jovens que se encontram em idade escolar e consagra a universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos 5 anos de idade.

• Portaria 265/2012, de 30/08

Define as regras e procedimentos a observar quanto à celebração, acompanhamento e avaliação dos contratos de autonomia a celebrar entre os agrupamentos de escolas e o ME.

• Portaria 266/2012, de 30/08

Estabelece as regras a que obedece a avaliação do desempenho docente dos diretores dos centros de formação de associações de

escolas e dos diretores das escolas portuguesas no estrangeiro.

• Lei 51/2012, de 5/09

Aprova o estatuto do aluno e ética escolar que estabelece os direitos e os deveres do aluno do ensino básico e secundário e o compromisso dos pais ou encarregados de educação e dos restantes membros da comunidade educativa na sua educação e formação.

• Portaria 281/2012, de 14/09

Regulamenta a atribuição de licença sem vencimento aos docentes de carreira dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário na dependência do ME, recrutados por associações de portugueses ou entidades estrangeiras, públicas ou privadas, que promovem e divulgam o ensino da língua e cultura portuguesas. ■

Obrigações legais decorrentes da colocação dos docentes contratados

Tendo em conta que se ainda se encontram a decorrer as colocações do pessoal docente contratado, no âmbito das fases de recrutamento e de oferta de escola, foi-me sugerido que prestasse alguns esclarecimentos sobre as obrigações legais que pendem sobre os docentes em questão, na sequência dessas mesmas colocações. Ora, tais obrigações consubstanciam-se, em primeira linha, **na aceitação** da colocação e **na apresentação** do docente na escola em que foi colocado.

No que diz respeito à aceitação, o D.L. nº 132/2012, de 27 de junho (que regula os concursos para seleção e recrutamento do pessoal docente), estatui regimes diferentes para cada uma das referidas fases da colocação: no caso da **reserva do recrutamento**, a aceitação pelo candidato faz-se por aplicação informática até 48 horas (dois primeiros dias úteis), após a publicação da colocação (artigo 37º, nº 9) e, no caso da **contratação de escola**, efetua-se pela mesma via, até ao 1º dia útil seguinte ao da comunicação (artigo 40º nº 3).

No que se refere à apresentação, o regime legal previsto pelo referido diploma legal também difere consoante cada uma das referidas fases em que o docente é colocado: Assim, enquanto que na situação de **reserva de recrutamento**, a apresentação do docente é efetuada no prazo de 48 horas, correspondentes aos dois primeiros dias úteis após a respetiva colocação (artigo 37º nº 10), na situação de **contratação de escola**, a apresentação é realizada até ao segundo dia útil seguinte ao da comunicação da colocação.

O não cumprimento dos deveres de aceitação e apresentação, nos termos enunciados, determina a aplicação das seguintes penalizações:

- **No caso da reserva de recrutamento** (artº 8º)
 - a) – A anulação da colocação obtida;
 - b) – A instauração de processo disciplinar aos docentes de carreira, com vista à demissão ou despedimento;
 - c) – A impossibilidade de os docentes não integrados na carreira serem colocados mediante concursos de contratação inicial e reserva de recrutamento, no respetivo ano escolar e no seguinte, sem prejuízo de po-

derem ser opositores ao concurso externo, no ano da sua realização.

A propósito das penalizações supra transcritas (que são, igualmente, aplicáveis aos docentes que obtiveram colocação no âmbito da contratação inicial) é de chamar a atenção para o facto do preceito legal em questão não incluir, no seu âmbito, a impossibilidade de colocação mediante concurso para integração nos quadros.

- **No caso da contratação de escola**, o incumprimento dos identificados deveres determina a anulação da colocação (artº 40 nº 5).

Finalmente, é de esclarecer ainda que, já após a aceitação da colocação e a apresentação na escola, os docentes podem proceder à denúncia do respetivo contrato. Esta matéria encontra-se prevista no artigo 44º do citado D.L. nº 132/2012 e **é aplicável não só, aos docentes colocados nas fases de reserva de recrutamento e de contratação de escola** (aos quais me tenho vindo a referir) **como também aos colocados na fase de contratação inicial**. De acordo com o citado preceito legal há que distinguir entre a denúncia do contrato ocorrida no decurso do período experimental (15 ou 30 dias, consoante o contrato seja celebrado por um período até 6 meses ou por período superior e sempre 15, dias nos contratos a termo incerto) e ainda fora do mesmo período.

No primeiro caso, a denúncia pode ser feita sem aviso prévio nem necessidade de invocação de justa causa. Os efeitos para o docente são, neste mesmo caso, os seguintes:

Fica impedido de regressar à reserva de recrutamento e de obter outra colocação nesse ano escolar, no agrupamento de Escolas ou Escola não agrupada onde procedeu à denúncia.

No segundo caso, a denúncia é efetuada mediante aviso prévio de 15 ou 30 dias consoante o contrato tenha, respetivamente, duração inferior a seis meses ou igual ou superior a este período. A denúncia em questão determina a impossibilidade do docente celebrar **qualquer outro contrato** nesse mesmo ano escolar. ■



PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS
AUTORIZADO A CIRCULAR EM INVÓLUCRO FECHADO DE PLÁSTICO OU PAPEL DE 00002072GNC PODE ABRIRE-SE PARA VERIFICAÇÃO POSTAL



14
novembro

**CONTRA A EXPLORAÇÃO
E O EMPOBRECIMENTO**

AUSTERIDADE



**ASSEMBLEIA
GERAL DE SÓCIOS**

**30 de outubro
17-20h**

Local: Sindicato dos Trabalhadores
das Empresas do Grupo CGD (STEC)
(junto ao cinema King)

**O.T. DECISÃO SOBRE
A ADEÇÃO À GREVE GERAL**

(consulte www.spgl.pt)

GREVE GERAL IBÉRICA
Centrais Sindicais Espanholas
marcaram greve para o mesmo dia